

PEQUENA PRODUÇÃO E MODERNIZAÇÃO  
"EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO NA ESTRUTURA FAMILIAR DO  
PEQUENO PRODUTOR NA MR. DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO"

SEVY DE BARROS MADUREIRA FERREIRA

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Sociologia, com área de  
Concentração em Sociologia Rural, da  
Universidade Federal da Paraíba, em  
cumprimento às exigências para obten  
ção do Grau de Mestre.

Orientador: Charles Michel Marie Joseph Beylier

Co-Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

Campina Grande - Paraíba

Setembro - 1984\*



F383p Ferreira, Sevy de Barros Madureira.  
Pequena produção e modernização : efeitos da modernização na estrutura familiar do pequeno produtor na MR. do sertão do São Francisco / Sevy de Barros Madureira Ferreira. - Campina Grande, 1984.  
145 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1984.  
"Orientação: Prof. Charles Michel Marie Joseph Beylier, Prof. Elimar Pinheiro do Nascimento".  
Referências.

1. Comunidade Rural. 2. Família Rural. 3. Agricultura Familiar. 4. Pequena Produção - São Francisco. 5. Sociologia - Dissertação. I. Beylier, Charles Michel Marie Joseph. II. Nascimento, Elimar Pinheiro do. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) IV. Título

CDU 316.334.55(043)

PEQUENA PRODUÇÃO E MODERNIZAÇÃO  
"EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO NA ESTRUTURA FAMILIAR DO  
PEQUENO PRODUTOR NA MR. DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO"

Sevy de Barros Madureira Ferreira

Tese Aprovada em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Orientador

\_\_\_\_\_  
Co-orientador - componente da banca

\_\_\_\_\_  
Componente da banca

Campina Grande

Setembro - 1984

## E R R A T A

Foram levantadas as seguintes correções:

Página	Parágrafo	Linha	Onde se lê	Leia-se
III	-	15	DISIVÃO	DIVISÃO
08	2	7	reflete	refletem
12	2	8	1981	1983
18	Tabela I.3	Coluna 1	descando	descanso
21	3	13	debola	cebola
38	1	2	"minis"(2)	"mint"(2)
38	2	1	entrevistas. Sabe-se	entrevistas, sabe-se
46	2	5	desiguar	designar
51	1	3	(100,0%)	(100%),
53	1	2	beneficiaram	beneficiariam
56	1	5	um	num
58	3	5	os filhas mais velhas	as filhas mais velhas,
71	3	5	Nossa	A
73	2	15	periodicamente	periodicamente
78	1	8	apresentarem	apresentaram
81	3	6	nehum	nenhum
82	1	1	nehum	nenhum
89	4	1	(A, B e DO,	(A, B e D),
89	4	7	a que	e que
108	2	2	assalariados	assalariadas
111	3	6	mão	mãe
116	3	2	uma	numa

S U M Á R I O

	Página
ÍNDICE DAS TABELAS	IV
RESUMO	VII
RESUMÉ	X
PRÓLOGO	XIII
• INTRODUÇÃO	001
CAPÍTULO I- O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.	007
1. Estudo de Caso: Justificativa	007
2. Base Física e Sócio-Econômica: O Sertão do São Francisco	009
• CAPÍTULO II- PEQUENA PRODUÇÃO E EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.	039
1. Considerações Gerais	039
2. Proposta de Uma Tipologia	046
CAPÍTULO III- PADRÃO DE CONSUMO E DIVISÃO DE TRABALHO.	054
1. Estrutura da Família Rural	054
2. Padrão de Consumo	059
3. Divisão de Trabalho	095
• CONCLUSÃO	115
ANEXO	122
BIBLIOGRAFIA	139

ÍNDICE DAS TABELAS

		Página
TABELA I.1-	Distribuição da População, Segundo a Situação de Domicílio na Mr. do Sertão Pernambucano do São Francisco	013
TABELA I.2-	Evolução da Área Irrigada os Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	016
TABELA I.3-	Utilização das Terras nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista - 1975/80.	018
TABELA I.4-	Produção, Área Cultivada, Preço e Destino dos Principais Produtos, no Município de Cabrobó - maio de 1982.	020
TABELA I.5-	Idem,...no Município de Santa Maria da Boa Vista - Período: 1981/maio 1982.	022
TABELA I.6-	Número de Estabelecimentos Agropecuários e Área Ocupada, Segundo Grupo de Área e Totais Gerais, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista, 1970/80.	025
TABELA I.7-	Produtos que Circularam no Mercado Produtor de Santa Maria da Boa Vista, em 1982.	035
TABELA II.1-	Tipologia dos Produtores Segundo a Utilização da Mão-de-Obra e Grau de Modernização, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	049
TABELA III.1-	Tamanho Médio das Famílias nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	055

TABELA III.2-	O Que Mais as Famílias Gostariam de Ter.	056
TABELA III.3-	Produção Agrícola e Pecuária, Segundo o Tipo de Unidade Produtiva nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	060
TABELA III.4-	Produção e Consumo das Famílias, no Tipo A, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	063
TABELA III.5-	Produção e Consumo das Famílias, no Tipo B, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	064
TABELA III.6-	Produção e Consumo das Famílias, no Tipo C, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	065
TABELA III.7-	Produção e Consumo das Famílias, no Tipo D, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	066
TABELA III.8-	Padrão de Educação dos Pais e dos Filhos, Segundo os Tipos de Unidade Produtiva, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	072
TABELA III.9-	Consumo de Serviços de Saúde, Segundo os Tipos de Unidade Produtiva nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	080
TABELA III.10-	Características Gerais das Famílias, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	083
TABELA III.11-	Mortalidade, por Faixa Etária, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	084
TABELA III.12.	Causas da Mortalidade, nos Municípios de	



	Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	085
TABELA III.13-	Doenças mais Frequentes, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	086
TABELA III.14-	Condições de Posse ou Ocupação de Habitação nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	088
TABELA III.15-	Características da Habitação Rural, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	090
TABELA III.16-	Origem da Água e Condições Sanitárias, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	091
TABELA III.17A-	Pessoal Ocupado, Distribuído por Categoria e Sexo e Pessoal Ocupado Residente nos Estabelecimentos dos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	096
TABELA III.17B-	Pessoal Ocupado, Distribuído por Categoria e Sexo e Pessoal Ocupado Residente nos Estabelecimentos dos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista - Percentual.	096
TABELA III.18-	Utilização da Força de Trabalho da Mulher, Segundo os Tipos, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	105
TABELA III.19-	Opinião da Mulher Sobre a Utilização da sua Força de Trabalho, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista.	112

R E S U M O

Este estudo pretende entender a dinâmica da pequena produção no Sertão do São Francisco. O interesse de compreender com mais profundidade esta categoria produtiva se deve às mudanças que vêm ocorrendo na estrutura da sociedade rural, sobretudo no que tange à estrutura familiar dos pequenos produtores, em face ao recente processo de modernização na área em estudo.

A metodologia adotada foi o estudo comparativo entre o padrão de consumo e a divisão do trabalho, segundo uma tipologia previamente estabelecida a partir do grau de incorporação da tecnologia e da utilização da mão-de-obra assalariada.

Os instrumentos de coleta de dados foram entre-

vistas estruturadas de uma amostra de 60 unidades produtivas, nos Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista, tendo como fonte os Censos Agropecuários de Pernambuco, 1975 e 1980 e os relatórios da EMATER-PE. Essas entrevistas foram complementadas pela observação direta de cada família entrevistada. Foram, ainda, realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos agentes que se articulam com a família rural, ao nível da produção e dos serviços sociais.

A partir da análise dos dados obtidos, constatou-se nesta área, um fluxo e refluxo entre as categorias da pequena produção existentes, numa complexidade de relações de trabalho que atingem integralmente a família do pequeno produtor. As alterações mais contundentes se dão no Padrão de Consumo - que vem sistematicamente sendo empobrecido, mesmo que aumente a área cultivada e se diversifique a produção e no emprego da força de trabalho familiar, que tende a extrapolar os limites da Unidade Produtiva Familiar.

A divisão de trabalho no interior da família se expressa com mais frequência na divisão sexual do trabalho, onde a mulher, ora se vê sub-ocupada e sem alternativa, ora se vê à frente de múltiplas atividades em espaços diferenciados. A multiplicidade de tarefas que a mulher se vê obrigada a assumir gera para si um sobretabalho e, conseqüentemente, reflexos na desorganização da casa e da família, por não dispor de uma infra-estrutura social de apoio.

Ressalte-se ainda a existência de um desenvolvimento tecnológico incorporado ao processo de trabalho do pequeno

produtor, cujos lucros, advindos deste desenvolvimento, são apropriados por parcelas de produtores-médios, grandes e empresas.

Decorrente desse processo, a pequena produção se expande concomitantemente ao grande capital na agricultura, tendo como suporte a reprodução da parceria e do trabalho assalariado, formas que se aproximam virtualmente enquanto grau de subordinação e exploração.

## R É S U M É

L'étude a pour but la compréhension de la dynamique de la production du petit propriétaire au Sertão du São Francisco. Cette recherche est dûe aux changements de la structure de la société rurale, surtout en ce qui concerne la structure familiale des petits producteurs en face du processus récent de modernisation dans cette région.

La méthodologie adoptée a été celle de l'étude comparative entre l'étalon de consommation et la division du travail d'après une typologie établie au préalable à partir du degré de l'incorporation de la technologie et de l'utilisation de la main d'oeuvre salariée.

Les instruments pour l'obtention des données ont

été des enquêtes structurées dans un échantillonnage de 60 unités productives, dans les municipalités de Cabrobó et Santa Maria da Boa Vista, nous avons eu comme source, les recensements agricoles et d'élevage du Pernambuco de 1975 et 1980 et, en plus, les rapports de la EMATER-PE. Ces enquêtes ont été complétées par l'observation directe chaque famille enquêtée. En outre, on a fait des interviews semi-structurées auprès des agents liés avec la famille rurale soit au niveau de la production, soit au niveau de l'assistance sociale.

L'analyse des données obtenues a mené à la compréhension de ce qu'il y a dans cette région un flux et reflux des catégories de la petite production existante, avec des rapports de travail complexes qui touchent de façon intégrale la famille des petits producteurs. Les changements plus importants se trouvent aux étalons de consommation qui s'appauvrit de façon systématique malgré l'augmentation de la surface cultivée et de la diversification de la production, aussi bien que l'emploi de la force de travail familiale qui tend à extrapoler les limites de l'unité productive familiale. Les changements dans la division du travail s'exprime plus fréquemment, dans la division sexuelle du travail, où la femme se trouve parfois sous-occupée, et sans choix devant des activités multiples, dans des espaces différents, ce qui crée pour elle un surcroît de travail. Cela se reflète sur l'organisation de la maison et de la famille, qui ne dispose pas d'équipements sociaux.

On remarque, d'autre part, qu'il existe un développement incorporé au processus de travail du petit producteur

dont les bénéficiaires ne lui reviennent pas mais à d'autres: les moyens producteurs et les grands producteurs, ou bien, les entrepreneurs.

En conséquence de ce processus, la petite production a une expansion au même rythme du grand capital dans l'agriculture, ayant pour support la reproduction de métayage et du travail salarié, qui sont des formes de travail qui se ressemblent en ce qui concerne le degré de subordination et d'exploitation.

PRÓLOGO<sup>(1)</sup>

Dona Maria Felix tem 70 anos, é viúva e mora hoje em uma casa de uma vila rural que nunca foi concluída, tendo sido, assim mesmo, inteiramente invadida, no Município de Cabrobó, numa localidade chamada Lameirão, a 300 metros da margem do São Francisco.

Ela não é natural deste lugar, mas vive nele há 18 anos. É natural de Junqueira - Sertão do Araripe -, onde tinha terra, mas de onde saiu porque "não dava mais para lutar com as secas".

Aqui ela não tem terra, é meeira em 2 tarefas,<sup>(2)</sup>

...

---

(1) Transcrição de um questionário.

(2) 2 Tarefas = 0,6ha.



há cinco anos, através de contrato verbal com o proprietário da terra, o qual explora sua propriedade, integralmente, nesse regime, dito de "parceria".

Ela teve 16 filhos dos quais 10 (8 menores e 2 já adultos) morreram. Dos 6 filhos vivos, 5 moram fora por motivo de trabalho e casamento, restando-lhe apenas a filha de 16 anos, com quem mora.

A família de Dona Maria Felix nunca teve terras nessa área, mas ela afirma que, antigamente, o patrão era melhor, pois deixava alguma terra para que plantassem um pedaço de roça e frutas.

Apesar de possuir uma outra casa, maior e melhor, perto da rodagem, optou por morar na casa de vila, inconclusa e invadida, considerando que a primeira fica distante do rio, de onde obtém a água para seu sustento, e da terra onde trabalha como meeira. Essa casa onde mora, integra um conjunto da COHAB (vila rural) não concluído. Como as demais habitações do Conjunto, essa casa é de alvenaria, coberta de telha, com piso de cimento. Tem 4 cômodos. Não tem banheiro, nem sanitário, nem água, nem luz elétrica. Não tem portas, nem janelas. Fica no meio de uma caatinga de arbustos ralos com solo pedregoso, mas está a 300 metros do rio.

O dono da terra participa na produção, com a semente e o adubo e recebe a meia no final da colheita. Dona Maria recebe a terra pronta. Planta agora feijão e cebola e deixa também a palha, para o dono da terra. No último ano usou a mão-de-obra de dois diaristas, no mês de abril, para o plantio,

a G\$ 500,00 ao dia. Ela costuma plantar feijão, milho, arroz e cebola. A decisão sobre "o que" plantar não é dela, é do dono da terra. As benfeitorias da terra foram feitas pelo patrão. Constam de cerca de 1.800 metros de cano para irrigação.

Dona Maria e a filha realizam todos os trabalhos caseiros e todos os trabalhos com a produção e a terra. Trabalham, as duas, na roça, uma média de 10 horas por dia, em dois turnos. A filha deixou de estudar porque só poderia cursar o restante do 1º grau na escola da Cidade e, também, porque seu trabalho na roça e na casa, ajuda ao sustento de ambas.

Como pequena produtora, em sistema de parceria, na última safra, a situação econômica de Dona Maria e a filha, foi a seguinte: Colheu 6 sacos de feijão, 3 de milho, 58 de arroz, e mais ou menos, 300 kg de cebola. Entregou a metade da produção ao proprietário da terra. Da sua parte, ficou com 2 sacos de feijão para consumo e para as despesas e vendeu 1 saco por G\$ 7.500,00, a um comerciante (atravessador); guardou 1,5 saco de milho para consumo; ficou com um saco de arroz para consumo e vendeu 28 sacos ao patrão, a G\$ 1.000,00 o saco. A maior parte da cebola, vendeu ao intermediário (caminhoneiro) por G\$ 5.500,00. Seu lucro bruto foi de G\$ 41.000,00, vendendo seu produto ao patrão e aos atravessadores. Teve uma despesa com mão-de-obra de G\$ 21.270,00. Seu lucro líquido pela safra produzida, da qual 50% foi entregue ao patrão, portanto sobre 50% da safra produzida e apropriada, foi de G\$ 20.730,00. Para ganhar G\$ 20.730,00, Dona Maria e sua filha produziram 6 sacos de feijão, 3 sacos de milho, 58 sacos de arroz e cerca de 300 kg de ce

...  
bola. Isto na safra do ano de 1982.<sup>(1)</sup>

Dona Maria é sindicalizada há cinco anos e frequenta algumas reuniões. Utiliza os serviços médico-dentários do sindicato. Também, através do sindicato, se aposentou pelo FUNRURAL, recebendo G\$ 6.040,00 mensais.

Para complementar a renda doméstica tem uma atividade de comércio. Vende, em sua casa, a retalho: bolacha, açúcar, sabão, cigarro e cachaça. Essa atividade lhe dá uma renda mensal aproximada de G\$ 10.000,00. Aos sábados, ela compra 1 bode, esquarteja e vende todo entre os vizinhos; ficando apenas com as vísceras — que salga para comer durante a semana —, que é o lucro pelo seu trabalho nesta atividade.

Como "pequena produtora rural", segundo a linguagem dos documentos oficiais, sem terra no sistema de parceria, Dona Maria ganhou G\$ 20.730,00 pela safra produzida, seu trabalho básico. No ano, ganhou aproximadamente G\$ 120.000,00 de sua atividade complementar de comércio e G\$ 72.480,00 de sua aposentadoria do FUNRURAL.

Dona Maria não tem acesso direto aos bancos, por...

---

(1) A preços de 1982, a safra de Dona Maria Felix teria rendido G\$ 157.200,00, equivalente a, 6 sacos de feijão a G\$ 7.500,00/saco; 3 sacos de milho a G\$ 1.560,00/saco; 58 sacos de arroz a G\$ 1.740,00/saco e 300 kg de cebola a G\$ 22,00/kg. Deduzindo os custos com a mão-de-obra (G\$ 20.270,00) e a parte que ficou para consumo, equivalente a (G\$ 21.420,00), ela ficaria com cerca de G\$ 114.510,00. Estes dados revelam, portanto, a caracterização de uma expropriação de 81,9% (G\$ 93.780,00) da sua renda na produção, em virtude das especificidades da condição de parceria.

que não tem as garantias requeridas. Para efeito de crédito, es tá a mercê do patrão, que desconta as prestações dos parceiros na conta da safra.

Para ela o principal problema que enfrenta, em sua atividade produtiva básica é a "falta de dinheiro para desenvolver o trabalho e pagar o trabalhador", quando necessário. "O Governo devia distribuir mais terras e tornar o crédito mais fácil".

Para o seu consumo de bens duráveis, acha que a única coisa que lhe falta e que gostaria de adquirir era um guarda-roupa. Diz que, "se tivesse condições, já ia deixando mais de trabalhar na roça, pois a atividade é dura". Ela e a filha lidam com enxada, plantio, limpa, arranca, batem feijão e arroz e entrançam cebola. Em casa Dona Maria faz de tudo. Só não carrega água nem lenha, atividades que a filha desempenha. Acha que sua família não tem problemas: "está tudo mais ou menos" e que, "se o Governo colaborasse, aí era o paraíso".

## I N T R O D U Ç Ã O

Decorrente das exigências formais para a obtenção do grau de mestre, requerido pelo Curso de Mestrado em Sociologia Rural, surge como objeto de avaliação, a Dissertação.

Dissertação ...exercício de sistematização do conhecimento teórico apreendido e eleito, como medida de entendimento das manifestações do real, na tentativa de formulação de um novo conhecimento científico. São divagações em torno de uma necessidade estabelecida e dúvida quanto a validade da forma.

O caminho foi longo e sinuoso, algumas vezes foram percorridas trilhas sem fim. Da paixão primeira por entender a reprodução de um movimento religioso rural, numa linha de estudo mais antropológica e a impossibilidade de conclusão,

...

por imposições de vida, até a decisão desapaixonada e racional de mostrar os efeitos da modernização da agricultura na estrutura da família do pequeno produtor rural.

As dificuldades enfrentadas foram mais com relação a dispersão espacial Campina Grande-Ceará-Recife e a nova frente de trabalho, que visava a avaliação das políticas agrárias no Estado de Pernambuco, sem falar da falta do calor imprescindível do orientador, que ficou cada vez mais inacessível.

Um longo período e a desistência, dado ao grande envolvimento na pesquisa que vinha desenvolvendo em todo o Estado, o interesse mais centralizado em algumas microrregiões e determinados temas. Houve mesmo um período de conscientização de que não seria necessário "àquela dissertação" e o Grau de Mestre para desempenhar uma série de atividades, inclusive como pesquisador, o que ainda é ratificado.

Contudo, surgiram cobranças, sugestões, um cerco de afetividade que duvidava, outro que acreditava e dava força. Um desafio! e as francas possibilidades de utilizar parte da pesquisa para um estudo de caso, além dos recursos humanos dos estagiários, pelo tempo necessário. A experiência mostrou também, que a obtenção deste título abriria um leque maior de possibilidades, mesmo fora de uma vida acadêmica.

Mesmo já tendo concluído praticamente o trabalho, foi fundamental um encontro com Elimar e um reencontro com Charles. Da decisão final até este instante, foi um misto de ten

...

...  
tensão e calma, permeado de encontros e cartas inusitadas de amigos do mesmo barco, rumo à mesma direção.

O objeto de estudo é pois, a pequena produção no Sertão do São Francisco. Tomou-se como referencial, que esta microrregião nos últimos anos, vem sendo aquela onde a agricultura apresenta-se na sua forma mais dinâmica no Estado de Pernambuco, graças ao avanço recente e acelerado do capital, materializado em tecnologia voltada para irrigação. Essa dinâmica gerou uma expectativa de desenvolvimento que extrapola os limites da microrregião e do Estado. Contudo, observa-se que este desenvolvimento vem atingindo um extrato mínimo da estrutura social rural e outros setores da economia, tendendo também, a concentrar renda fora do espaço rural.

Esse dinamismo se estabelece e se propaga tendo como base a complexidade das relações de trabalho, que nesta transição envolve a parcela maior que forma a sociedade rural, que é o pequeno produtor. Pretende-se portanto, com base neste referencial, entender como se verifica ao nível da estrutura da família, os efeitos causados pela modernização e qual a tendência do padrão sócio-econômico frente a essas mudanças.)

Para chegar ao objetivo proposto, a metodologia adotada foi o estudo comparativo da evolução da família rural diante do processo de modernização que vem se desenvolvendo nesta área. A análise será feita com base na história de vida das famílias, no que se refere às suas atividades produtivas e sociais.

...  
As técnicas utilizadas foram: 1) entrevistas estruturadas, onde a primeira parte deveria ser respondida pelo responsável da unidade produtiva. As questões se referiam ao funcionamento da Unidade Produtiva, sua dinâmica e articulação com os agentes diretamente envolvidos com a produção rural. Desta parte do questionário, foram utilizadas informações para caracterizar a tipologia das famílias de acordo com o grau de modernização absorvido. Quando se tratava de trabalho assalariado, a primeira parte do questionário levantava questões sobre as condições de trabalho, salário, atividades assessorias, componente migratório e perspectiva desta relação de trabalho. A segunda parte deveria ser respondida pela mulher e as questões, foram levantadas com vistas à caracterização da estrutura familiar, numa tentativa de perceber o nível de vida da família rural.

As questões desta parte do questionário (social), tiveram como tema, a educação, a alimentação, a saúde, a habitação e a divisão familiar do trabalho. Estes também foram os indicadores chaves que nortearam a análise central deste estudo. O questionário foi suficientemente flexível, podendo ser aplicado tanto para unidades familiares e ou em transição, como para grandes produtores ou mesmo empresas com elevado grau de capitalização, o que permitiu fazer as comparações entre os tipos localizados.

Outra técnica utilizada foi 2) a entrevista semi-estruturada realizada com os agentes<sup>(1)</sup> que se articulam di-

...

---

(1) Estes agentes foram os órgãos municipais de ensino; algumas escolas de zona rural e urbana; Unidades de Saúde de vários tipos; sindicatos; bancos; cooperativas, EMATER e Prefeitura.



...  
retamente com a família rural, tanto ao nível da Unidade Produtiva, quanto ao nível social do núcleo familiar. E ainda, observar a ação do Estado, visto como gerador de serviços para a população e como agente impulsionador da modernização na agricultura. A validade destas informações está na observação da qualidade dos serviços oferecidos, para comparar com o acesso, ou estoque destes serviços acumulado pelas famílias.

Outro nível de informação foi 3) a observação direta, tentando vivenciarmos num contato mais direto, um dia de cada família entrevistada. Buscou-se desta forma, perceber o modo de vida das famílias (embora de maneira superficial), a divisão sexual do trabalho, nas atividades domésticas, na Unidade Produtiva familiar e em outras formas de atividade acessória. Com relação a divisão de trabalho, houve a preocupação de centralizar as observações nas atividades desenvolvidas pela mulher, uma vez que a participação da sua força de trabalho é tanto maior ou menor, de acordo com o nível econômico da Unidade Produtiva.

A dissertação terá a seguinte estrutura de apresentação: no primeiro capítulo, será apresentada a justificativa do estudo de caso e as características físicas e humanas da região que serviu de base física - o Sertão do São Francisco.

No segundo capítulo, será abordada a temática da pequena produção e suas características, antecedendo a análise das informações obtidas nos questionários, que dão subsídios para traçar uma tipologia da pequena produção frente aos efeitos da modernização agrícola.

...

...

O terceiro capítulo, centraliza a análise dos dados através do Padrão do Consumo Alimentar e de Serviços e da Divisão do Trabalho Familiar de acordo com a tipologia, buscando aferir a hipótese levantada.

Encerrando a análise, algumas constatações e questionamentos para novas frentes de estudo.

CAPÍTULO I - O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO:  
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1. ESTUDO DE CASO: JUSTIFICATIVA

*delimitação* Para o estudo de caso foram escolhidos dois municípios do Sertão do São Francisco. Escolha que se justifica por ser esta a região mais dinâmica da agricultura pernambucana, expressa na diversificação da produção agrícola, nas contradições econômicas e sociais que coexistem no mesmo espaço, geradas pelo desenvolvimento tecnológico e no avanço acelerado do capital. Também pela presença de várias categorias de relações de trabalho que podem ser localizadas, seja nos estágios mais tradicionais de agricultura, seja nos mais desenvolvidos.

Serve de palco para este estudo um espaço que por suas características físicas possibilita contradições tão

...

emergentes quanto o confronto ecológico gerado no mesmo espaço. De um lado, a exuberância, favorecida pela presença do Rio São Francisco e a umidade natural do solo que margeia, de outro lado, espaços consideravelmente maiores de área de sequeiro, com uma configuração totalmente adversa.

Os dois espaços se diferenciam visivelmente. No município de Cabrobó predomina o sistema agrícola tradicional, assentado numa malha fundiária produtiva de pequenas parcelas, com reduzidos recursos tecnológicos de irrigação, evoluindo lentamente. Decorrentemente, um predomínio de áreas de sequeiro, com agricultura de subsistência, subordinada às adversidades climáticas que se reflete nas condições de vida das famílias ali inseridas ou em vazios demográficos que favorecem ao adensamento da pequena área irrigada.

Por sua vez, em Santa Maria da Boa Vista, alheia a essas adversidades, instalam-se grandes empresas. A presença destas leva à concentração fundiária pela compra das pequenas propriedades anteriormente consolidadas à margem do rio e a extensão da irrigação, usando tecnologia avançada que se expande por vários hectares de área de sequeiro. A partir da nova configuração fundiária e da penetração capitalista, surge neste espaço relações de trabalho condizentes com este tipo de exploração. Cresce o número de assalariados "puros", tanto em regime de trabalho permanente, geralmente antigos pequenos proprietários residen

...

...

tes nas proximidades das fazendas, quanto em regime de trabalho temporário - diaristas - oriundos de áreas próximas e até de municípios vizinhos. Estes geralmente trabalham em outras atividades e, na agricultura, nas mais variadas categorias: proprietários, arrendatários, parceiros. E, enquanto assalariados, não apenas nas grandes propriedades, mas também nas pequenas propriedades com produção voltada para agroindústria, como o tomate.

Toda esta configuração física e econômica nos levou a eleger este espaço, como o ideal, para um estudo de caso que pretende perceber o comportamento da família, neste momento de transição, enquanto organização interna do trabalho e mudanças no padrão de consumo. ♡

## 2. BASE FÍSICA E SÓCIO-ECONÔMICA: O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

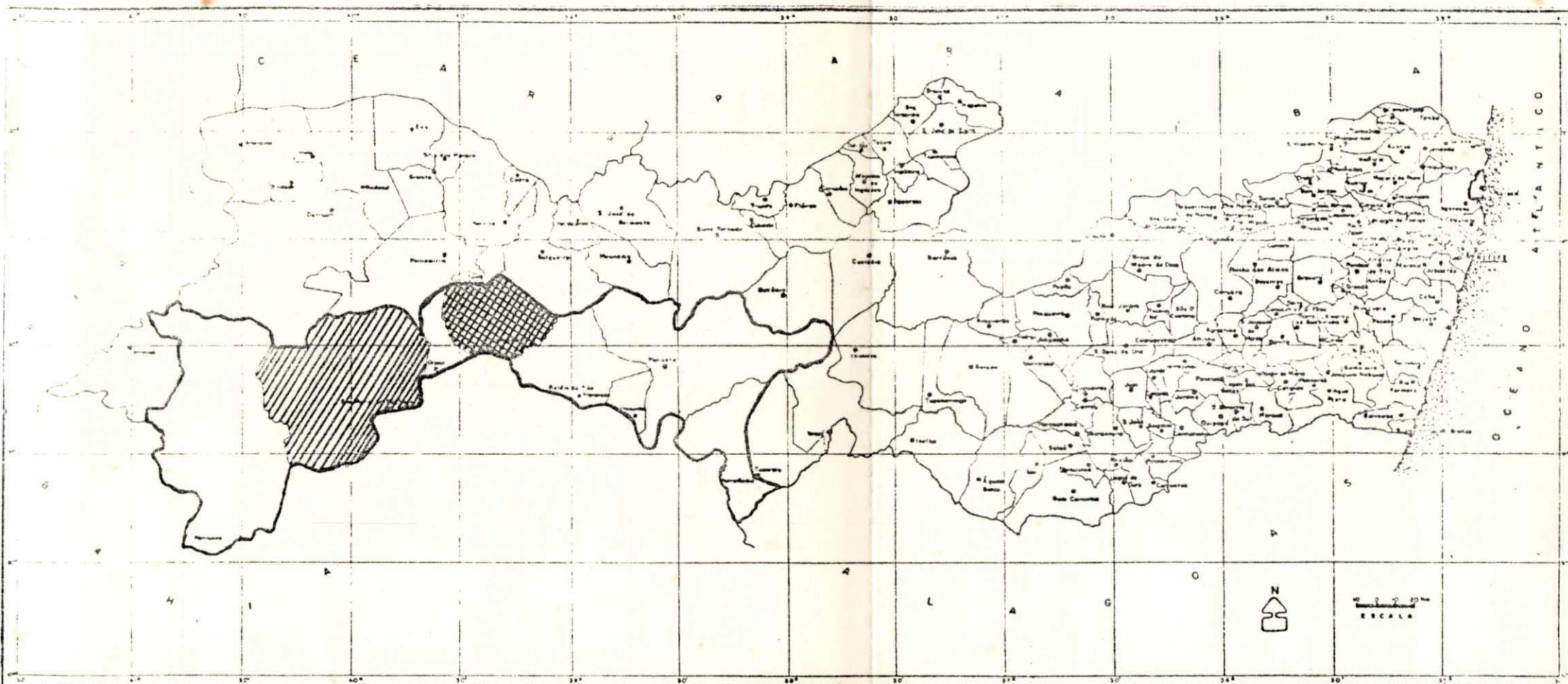
### 2.1. Caracterização Física e Humana

A área global analisada é a microrregião do Sertão do São Francisco<sup>(1)</sup> (Figura 1). Ela ocupa a posição sudoeste do Estado e possui uma forma muito alongada de este a oeste, ocupando uma extensão de 23.274 Km<sup>2</sup>, ou

...

---

(1) Embora o estudo de caso se verifique nos municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista, os dados de população (Tabela I.1) se referem a toda a MR do São Francisco, uma vez que as articulações tanto ao nível da produção como das relações de trabalho, extrapolam os limites dos dois municípios.



CONVENÇÃO:

- MR SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
- ▨ CABROGÓ - AGRICULTURA TRADICIONAL
- ▧ STS M<sup>s</sup> DA BOA VISTA - AGRICULTURA C/ MODERNIZAÇÃO

LEGENDA do MAPA BASE

- LIMITE ESTADUAL
- LIMITE MUNICIPAL
- CAPITAL ESTADUAL
- CIDADES

FIGURA I

TÍTULO  
 ESTADO DE PERNAMBUCO, DESTACANDO A MR DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO.

DATA	ESCALA
	1: 700.000

...  
aproximadamente 23,6% de extensão do Estado de Pernambuco. "Ela está situada na porção central do Polígono das Secas e é sujeita, portanto, a um grande déficit de chuvas. Estas são reduzidas, alcançando em média 400 a 500mm por ano e concentrando-se entre novembro e abril, os meses mais quentes. A microrregião está formada por 9 municípios - Afrânio, Belém do São Francisco, Cabrobó, Floresta, Itacuruba, Orobó, Petrolina, Petrolândia e Santa Maria da Boa Vista - dos quais 8 ficam à margem do Rio São Francisco. Tem como principal centro urbano da região, a Cidade de Petrolina"(Ardrade, 1983).

Dadas as condições climáticas da região e a presença do Rio São Francisco, a maioria dos municípios da microrregião dividem-se em duas áreas:

- 1) a área de sequeiro, com predomínio da "caatinga" e onde se desenvolve a agricultura tradicional do Sertão (culturas de subsistência, algodão e pecuária extensiva) nas maiores propriedades; e
- 2) a área de solos úmidos e férteis, onde se pratica a agricultura diversificada, com base na irrigação, quer seja através de barreiros, açudes ou perenização de rios intermitentes ou, em maior proporção, nas áreas que margeiam o perene Rio São Francisco. Regularmente a irrigação tem lugar nas margens do rio, em faixas que vão de 2 a 6 km.

O Sertão do Rio São Francisco é uma área que foi

...  
povoada tendo como base a pecuária e a agricultura desenvolvida nas margens úmidas do rio.

Periodicamente, também era praticada agricultura de vazante. Contudo, foi a irrigação que permitiu o maior adensamento populacional e possibilita que na cidade ou no campo, esta ainda hoje cresça, contrariamente do resto do Sertão (Tabela I.1). "Contribuíram também para tal a construção da represa e usina hidrelétrica de Sobradinho e a rede rodoviária que ligou a região aos principais centros urbanos do Nordeste" (Andrade, 1981).

O Município de Cabrobó tem uma área de 1.666 km<sup>2</sup> e o de Santa Maria da Boa Vista, 4.725 km<sup>2</sup>. Ambos incluem área de sequeiro e área irrigada.

Nos dois municípios a população concentra-se na zona rural, embora com alguma diferença. Assim, em 1980, Cabrobó concentrava 61,3% da população na zona rural e Santa Maria da Boa Vista 80,2%.

A população economicamente ativa de Cabrobó distribuía-se da seguinte maneira: 74,22% em atividades agropecuárias e extrativas; 6,54% em atividades industriais e 19,24% em outras atividades. Em Santa Maria da Boa Vista a distribuição é parecida; 74,39% em atividades agropecuárias e extrativas, 10,62% em atividades industriais e 15,39% em outras atividades (EMATER, 1980). Devido a dinamização da área irrigada, estes municípios (e a região como um todo) tornaram-se um "pólo de atração". Convergiaram para ela considerá-



TABELA I.1

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NA MICRORREGIÃO DO SERTÃO PERNAMBUCANO DO SÃO FRANCISCO - 1950-1980.

Microrregião e Municípios	POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO											
	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 7 0			1 9 8 0		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
RH-103 SERTÃO PERNAMBUCANO DO SÃO FRANCISCO	84.738	17.231	67.507	111.066	31.239	79.832	178.346	60.051	118.295	252.140	120.625	131.515
Afrânio	9.138	614	8.524	9.801	756	9.045	9.337	1.622	7.715	11.501	2.025	9.476
Belém do S. Francisco	7.305	1.384	5.921	11.231	2.640	8.591	17.785	6.235	11.550	24.219	9.006	15.213
<u>Cabrobó</u>	<u>7.535</u>	<u>759</u>	<u>6.776</u>	<u>14.431</u>	<u>2.880</u>	<u>11.542</u>	<u>19.522</u>	<u>5.818</u>	<u>13.704</u>	<u>20.924</u>	<u>7.986</u>	<u>12.938</u>
Floresta	18.800	2.637	16.163	20.402	3.721	16.681	28.163	6.013	22.150	32.245	8.435	23.810
Itacuruba	3.200	526	2.674	3.727	790	2.937	3.666	1.384	2.282	4.414	1.652	2.762
Orocó	2.700	386	2.314	4.020	820	3.200	5.285	1.460	3.825	7.093	2.234	4.859
Petrolândia	8.506	2.243	6.263	9.948	3.094	6.854	14.499	4.863	9.636	23.726	9.816	13.910
Petrolina	18.192	7.616	10.576	25.716	14.887	10.829	61.252	38.185	23.067	104.094	74.671	29.423
<u>Sta. M<sup>te</sup> Boa Vista</u>	<u>9.362</u>	<u>1.066</u>	<u>8.296</u>	<u>11.790</u>	<u>1.637</u>	<u>10.153</u>	<u>18.837</u>	<u>2.471</u>	<u>16.366</u>	<u>23.942</u>	<u>4.801</u>	<u>19.141</u>

Fonte: Fundação IBGE - Censos Demográficos - Pernambuco - 1950-1970

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - Pernambuco - 1960 e 1980.

...  
veis contingentes populacionais oriundos, tanto das áreas próximas de sequeiro, como de outros municípios e até Estados vizinhos. Grande parte destes migrantes ali se instalam como assalariados temporários ou sob as condições de parceiros. Contudo, observa-se em Santa Maria da Boa Vista uma população flutuante aparentemente bem superior a de Cabrobó; este fato foi evidenciado nas filas das empresas que foram visitadas, como em outras atividades (construção do Cais de Santa Maria da Boa Vista e Mercado Produtor, em dia de feira para desembarcar a produção e carregar caminhões).

## 2.2. Principais Atividades Econômicas em Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista

A principal atividade econômica nos dois Municípios como em toda a região, é a agricultura, seguida do comércio e dos serviços bancários ligados à agricultura.

### A. Agricultura

#### A.1. A Evolução da Agricultura em Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista:

Interessa especialmente, em relação aos dois Municípios, a evolução da agricultura irrigada, porque esta é o marco que possibilita ver de um lado, o impulso nas pequenas unidades produtivas através de um maior aproveitamento da

...  
área produtiva, além de alterar a sua estrutura interna, liberando mais a força de trabalho familiar. Por outro lado, os grandes complexos irrigados das empresas expandiram de tal forma a agricultura, que gerou uma modificação tanto no espaço como nas relações sociais de produção. Ao nível da pequena produção, observa-se em Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista uma lenta evolução da área irrigada entre 1970 e 1980. O Município de Cabrobó, que possui uma área total de 166.600 ha, 22.000 ha são potencialmente irrigáveis, segundo apreciações da EMATER-PE, porém, apenas 5.294 ha foram irrigados até 1980, o que indica um alto potencial ainda existente (Tabela I.2). Em Santa Maria da Boa Vista, com uma área total de 472.500 ha, apenas 2.291 ha foram irrigados em 1975, no entanto, até 1980 sabe-se<sup>(1)</sup> que houve um grande crescimento de área irrigada, que passou para 7.842 ha.

...

---

(1) Foi observado, a curto prazo a concentração de terras e instalação de grandes áreas com infra-estrutura de irrigação nas empresas.

TABELA I.2

EVOLUÇÃO DA ÁREA IRRIGADA DOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ  
E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Município	1970 Área Irrigada (ha)	1975 Área Irrigada (ha)	1980 Área Irrigada (ha)
Cabrobó	2.114	2.871	2.594
Santa Maria da Boa Vista	1.502	2.291	7.842

Fonte: EMATER, Relatórios de 1980/1981  
FIBGE, Censo Agropecuário - Pernambuco, 1980.

Várias entrevistas na região revelaram, entretanto, que a lentidão do processo de expansão da área irrigada se deve a falta de infraestrutura para irrigação. É notório, nos últimos anos, a falta de financiamento agrícola para a aquisição de transformadores e moto-bombas - notadamente entre os pequenos produtores. Vem reforçar esta afirmação, a expansão nos últimos 5 anos, da área irrigada de Santa Maria da Boa Vista, que corresponde às grandes empresas.<sup>(1)</sup>

Quanto ao número de estabelecimentos irriga-

...

(1) As grandes empresas instaladas na Região, recebem vultosos financiamentos e incentivos do Governo. Dado levantado nas entrevistas nas empresas.

...  
dos, não há grandes diferenças de um município para outro, Cabrobó em 1980 tenha 1951 estabelecimentos, dos quais 1.307 irrigados enquanto Santa Maria da Boa Vista tinha 2.516 dos quais 1.165 são irrigados.

Quanto a utilização das terras, em Cabrobó, a área com culturas permanentes aumenta pouco. Isto deve-se em parte à introdução de novas culturas irrigáveis de ciclos curtos. É notório, no entanto, o forte crescimento da área com lavouras temporárias (Tabela 1.3), que passa de 5.542 ha para 17.727 ha entre 1975 e 1980. O número de estabelecimentos com lavouras temporárias também aumenta muito, passando de 1.061 para 1.902 (EMATER, 1980), entre esses anos.

Em Santa Maria da Boa Vista, cresce consideravelmente a área cultivada, tanto das lavouras permanentes, que passam de 259 ha para 805 ha<sup>(1)</sup>, como das lavouras temporárias, que passam de 9.154 ha para 15.665 ha. Há de se considerar, além da introdução de novas culturas na área por pequenos produtores, a expansão da área plantada pelas empresas maiores, do

...

---

(1) A EMATER registra este dado para 1980 com 1352 ha com lavouras permanentes.

...

TABELA 1.3

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E  
SANTA MARIA DA BOA VISTA - 1975/80

Utilização das Terras	Cabrobó		Sta. Maria da B. Vista	
	1975	1980	1975	1980
<u>Lavouras (ha)</u>				
Permanentes	1.198	1.369	259	805
Temporárias	5.542	17.727	9.154	16.665
Em descanso	577	305	150	5.355
<u>Pastagens (ha)</u>				
Naturais	32.092	24.047	227.959	74.132
Plantadas	677	545	2.014	11.955
<u>Matas e Florestas (ha)</u>				
Naturais	588	44.293	110	45.314
Plantadas	-	4	-	7
<u>Terras Produtivas não Utilizadas (ha)</u>	36.357	2.577	1.315	17.184
ÁREA TOTAL (1)	80.611	97.895	243.951	176.559

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário - Pernambuco - 1975

(1) - Inclusive terras inaproveitáveis.

...

tipo "capitalista", que se instalaram nos últimos anos. Estas expandiram-se ao mesmo tempo nas áreas de lavouras permanentes (no caso, com produção de uva) e temporária (com culturas diversas). Em resumo, ao se considerar os dois municípios em conjunto, fica claro o crescimento da área de lavouras, tanto permanentes como, em maior medida, temporárias.

Os principais produtos cultivados na área irrigada de Cabrobó aparecem na Tabela I.4. Merecem destaque, o feijão e o arroz, ocupando cada um 600 ha, seguido pela cebola, com 280 ha, o tomate, com 150 ha e o alho, com 70 ha. É importante a produção de cebola, cuja área plantada aumenta lentamente, apesar dos periódicos entraves a comercialização e as bruscas alterações de preços. Estas flutuações acarretam em alguns anos perdas econômicas importantes, mas que não desestimulam o produtor, que considera a cultura da cebola como "um jogo de azar", que pode permitir também lucros elevados.

O alho, com uma área de 150 ha, é uma cultura mais recente. Ela se difunde com lentidão, apesar dos preços elevados. Os estímulos do crédito para o custeio de alho são poucos, se compararmos com as parcelas para as de

...

TABELA I.4

PRODUÇÃO, ÁREA CULTIVADA, PREÇO E DESTINO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO MUNICÍPIO DE CABROBÓ  
PERÍODO: MAIO DE 1982.

Produto	Área Cultivada (ha)	P R E Ç O			Destino de Comercialização
		Mínimo	Máximo	U.M.	
Cebola	280	5,00	125,00	Cr\$/Kg	NE - MG - SP
Arroz	600		4.000,00 jan 2.500,00 mai	Cr\$/saca de 60 Kg	NE (capitais)
Feijão	600	6.000,00	9.000,00	Cr\$/saca de 60 Kg	NE (capitais)
Tomate	150	10,00	15,00	Cr\$/Kg	CICANORTE (Juazeiro/BA)
Alho	70	180,00	650,00	Cr\$/Kg	NE (capitais)

Fonte: Relatório da EMATER-PE - Cabrobó, maio de 1982.



mais culturas.

O tomate, embora não gere riscos como a cebola, de bruscas alterações de preço, não gera lucros elevados para os produtores. Toda a produção de tomate está vinculada a contratos "na folha" com a CICANORTE de Juazeiro-BA, que estabelece os preços antes do plantio.

O Município de Santa Maria da Boa Vista se diferencia do Município de Cabrobó, na composição da produção agrícola. Além dos produtos tradicionais (cebola, feijão e arroz), existe uma produção crescente de frutas (especialmente melão, melancia e uva). Percebe-se, da leitura da Tabela I.5, que em Santa Maria da Boa Vista existe uma maior "especialização" em culturas comerciais e, portanto, uma área plantada menor, em termos proporcionais, de culturas de subsistência. Observando a safra de 1981, vemos que as maiores áreas são ocupadas com melão, cebola e melancia. Note-se, além do mais, que os mercados para os quais é destinada esta produção, principalmente a das culturas não tradicionais, ficam fora do Estado de Pernambuco.

#### A.2. Posse da Terra e Relações de Trabalho

A área analisada apresenta propriedades de

TABELA 1.5

PRODUÇÃO, ÁREA CULTIVADA, PREÇOS E DESTINO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA - PERÍODO: 1981/MAIO/1982

Produtos	Área Cultivada (ha)	Produção na Última Safra (t)	Preço Unitário		Tipo de Produtor	Destino da Comercialização	
			Mínimo G\$/Kg	Máximo G\$/Kg			
Melão	81	816	9.586	15,00	30,00	pequeno+médio	SP-RJ-PE-CE
maio	82	30	-	-	38,00		
Melancia	81	492	10.260	8,00	10,00	pequeno+médio	NE-MG
maio	82	9	-	-	20,00		
Cebola	81	751	8.492	40,00	50,00	pequeno	SP-RJ-MG-PE
maio	82	299	-	-	143,00		
Uva	81	***	***	***	344,00*	grande	SP-RJ-PE
maio	82						
Feijão	81	462	659	4.800,00*	6.000,00*	pequeno+médio	Local-NE
maio	82	371	-	-	6.000,00*		
Arroz		243	984	900,00	1.500,00*	pequeno+médio	Local-NE
maio	82	143	-	-	1.500,00*		
Tomate	81	293	9.083**	6,00	9,00	pequeno	CICANORTE
maio	82	5	-	-	15,00		

Fonte: Relatório da EMATER-PE - Santa Maria da Boa Vista, maio/1982

\* G\$ por saca de 60 Kg

\*\* G\$ por caixa de 22 Kg

\*\*\* a uva somente é cultivada pelas empresas, que tem assistência técnica própria, portanto não fornecem informação à EMATER (Fonte de Dados).

vários tamanhos, havendo mesmo uma considerável proporção de propriedades com grandes áreas. O tamanho dos estabelecimentos guarda relação com as características produtivas dos mesmos: os maiores estabelecimentos (e propriedades) localizam-se na área de sequeiro, ficando os de menor tamanho na área irrigada. É frequente, no entanto, encontrar grandes propriedades com irrigação. Neste caso, o que ocorre é que a propriedade possui uma estreita faixa na margem do rio, que pode ser irrigável com moto-bomba até 6 km na direção sul-norte e que se alarga à medida que penetra na área de sequeiro. Claramente, a orientação da produção e o nível tecnológico diferem nas duas áreas; na área irrigada encontram-se culturas oleícolas e frutíferas (cebola, tomate, melão, uva, etc.), com alto valor agregado, tecnologia sofisticada e intenso consumo de insumos. Nas áreas de sequeiro a atividade principal é a pecuária extensiva. A agricultura nesta área está na dependência da perenização dos rios intermitentes e em última instância, na expectativa dos anos de chuva, que permite a retenção da água com harreiros e pequenos açudes particulares, que servem, tanto para o gado, como para desenvolver a pequena lavoura temporária.

...  
Em função da diferenciação espacial das atividades produtivas, a área irrigada apresenta-se como de elevada e crescente concentração populacional e a de sequeiro como de dispersão. Claramente, existe uma estreita correlação entre a densidade da população rural e o tamanho das propriedades.

Pode-se analisar, a partir da Tabela I.6, a evolução do número de estabelecimentos segundo estratos de tamanho e da área ocupada. Observa-se que o número total dos estabelecimentos aumenta nos dois municípios, passando de 1.057 em 1970 a 1.951 em 1980 em Cabrobó, e de 2.028 a 2.516 em Santa Maria da Boa Vista, no mesmo período. O estrato de tamanho com maior aumento do número de estabelecimentos foi o de 0 a 10 ha, seguido pelo de 10 a 50 ha. Esta informação é consistente face a grande expansão da área irrigada na década de 1970, e com o fato de que, em geral, a irrigação é realizada em unidades de pequeno tamanho. Como consequência do que foi dito anteriormente, o tamanho médio dos estabelecimentos decresce em ambos os municípios, passando de 84 ha à 47 em Cabrobó e de 101 ha à 69 ha em Santa Maria da Boa Vista, entre 1970 e 1980.

O comportamento de ambos os municípios é, no

TABELA 1.6

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA OCUPADA, SEGUNDO GRUPO DE ÁREA E TOTAIS GERAIS, DOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA - 1970-1980

Municípios/ Período	0 a 10 ha		10 a 50 ha		50 a 100 ha		100 a 1000 ha		Mais de 1000 ha		Total	
	Estabele- cimentos Nº	Área Total ha	Estabele- cimentos Nº	Área Total ha	Estabele- cimentos Nº	Área Total ha	Estabele- cimentos Nº	Área Total ha	Estabele- cimentos Nº	Área Total ha	Estabele- cimentos Nº	Área Total ha
<u>CABROBÓ</u>												
1970	196	946	427	11.970	224	15.353	204	51.082	6	9.822	1.057	89.07
1975	352	1.540	379	9.823	160	11.113	212	53.145	4	4.991	1.107	80.61
1980	1.086	3.087	*612	*21.043	*	*	248	60.355	5	7.304	1.951	91.89
<u>SANTA MARIA DA BOA VISTA</u>												
1970	793	2.092	550	13.161	229	16.260	431	123.705	25	49.537	2.028	204.76
1975	636	2.562	427	10.247	277	19.757	557	139.895	26	71.490	1.923	243.95
1980	1.510	4.522	*624	*19.358	*	*	349	94.596	25	54.816	2.516	173.29

\* Os Estabelecimentos entre 50 e 100 ha estão englobados na categoria de 10 - 50 ha.

Fontes. IBGE - Censo Agropecuário de Pernambuco - 1970  
Censo Agropecuário de Pernambuco - 1975  
Sinopse do Censo Agropecuário de Pernambuco - 1980.

entanto, diferenciado: o número de pequenos es tabelecimentos aumenta bem mais em Cabrobó que em Santa Maria da Boa Vista, e conseqüentemente o tamanho médio passa a ser menor no primeiro município. Esta informação é consistente com outros dados apresentados ao longo deste trabalho, indicativos de que em Cabrobó o parcelamento de terras na área irrigada é grande, enquanto que em Santa Maria da Boa Vista, vem ocorrendo uma concentração de terras, inclusive na área irrigada, graças as grandes empresas que ali vêm se instalando, tendo como base a mão-de-obra assalariada.

"A Fundação IBGE ao analisar as relações entre a propriedade e a exploração da terra, classifica os produtores em quatro categorias: o proprietário, que explora diretamente o imóvel de sua propriedade; o arrendatário, que explora propriedade alheia, mediante o pagamento da renda da terra em espécie ou em dinheiro; o parceiro, que recebe a terra e a água, dividindo com o proprietário a sua produção; e, finalmente, o ocupante, que explora a terra que não se encontra juridicamente apropriada, sendo quase sempre herdeiros que ocupam porções da propriedade do espólio sem que se proceda a legalização do mesmo (UFPE, 1983)".

Os proprietários distinguem-se em minis, pe-

...  
quenos, médios e grandes. Os minis e pequenos, que predominam em Cabrobó, distinguem-se dos demais principalmente pelo pouco acesso que tem aos serviços e políticas geradas pelo Estado. Já os médios e grandes, que usufruem dos incentivos oficiais e tem fácil acesso aos serviços, principalmente os da rede bancária, predominam no Município de Santa Maria da Boa Vista.

Quanto ao arrendamento, a forma mais referida na área foi aquela na qual o rendeiro obriga-se a pagar uma renda em produto ou dinheiro, que varia de 25 a 30% do valor da produção, variando a percentagem em função da terra ser irrigada ou não. Aparentemente, esta relação concentra-se na área irrigada, na cultura de cebola e tomate (Cabrobó). Uma característica de arrendamento, em contraposição à parceria, é que naquele, o produtor direto tem mais liberdade de comercializar seus produtos e até mesmo escolher o que plantar (embora tenha sido encontrado referências a rendeiros que obtinham crédito do proprietário, advindo daí uma maior subordinação do produtor ao proprietário, além de se constituir, obviamente, em uma forma adicional de captação de excedente). Em Santa Maria da Boa Vista, foram encontradas referências a arrendamento sob renda fixa (a-

proximadamente R\$ 10.000,00 por ha/ano, em 1981 para cebola e melão).

→ A relação de arrendamento, na área, é geralmente associada à possibilidade do produtor obter crédito diretamente junto aos bancos. Esta possibilidade aparece para os produtores da área como fundamental para seu progresso individual, pois significa poder comprar uma moto-bomba, além de outros bens e benfeitorias, como cercas, canais, etc. Ter este equipamento representa simplesmente poder ou não plantar. Por outro lado, os contratos de arrendamento são geralmente celebrados em cartório, o que garante aos arrendatários obter crédito no banco. Os arrendatários utilizam com frequência mão-de-obra assalariada temporária, e até mesmo parceiros dentro dos seus estabelecimentos.

A parceria é predominante nos dois municípios. Embora menos que os arrendatários, nos períodos de pique, os parceiros costumam utilizar mão-de-obra assalariada temporária, pagando-os na base diária. O parceiro recebe a terra frequentemente já arada, a água, a semente, o adubo e uma importância semanal para a sua manutenção e a de sua família, participando, em geral, apenas com o trabalho, especificidade esta que difere das outras formas de



parceria em outras regiões, onde o parceiro recebe apenas a terra e no máximo a semente. O que diferencia esta relação no Sertão do São Francisco é o fato de nesta área a irrigação propiciar a introdução de culturas de círculo vegetativo curto, permanecendo o parceiro na mesma área por várias safras. Ocasionalmente o parceiro participa com insumos e sementes. Feita a colheita, cabe ao proprietário ou arrendatário fazer um levantamento do capital empregado, colocando sobre o mesmo os juros, geralmente mais elevados do que os bancários e, feita a dedução, dividir a importância que resta em duas partes "iguais", uma para cada contratante. O parceiro com pouca frequência tem acesso ao banco, e quando o tem é intermediado pelo proprietário. Este obtém o financiamento no banco, e faz o repasse aos meeiros ou parceiros por juros mensais bem mais elevados. Nos anos de seca em que há perigo de perda da safra nas áreas não irrigadas, os proprietários preferem não correr o risco do financiamento e encaminham os parceiros diretamente ao banco. Interessa portanto destacar que a condição econômica dos parceiros é consideravelmente pior que aquela dos arrendatários.

Ao lado dos arrendatários e dos parceiros, existe uma grande quantidade de trabalhadores

...  
assalariados, geralmente temporários, vivendo nas cidades e vilas cu mesmo em fazendas e sítios, trabalhando quando encontram serviços para um titular de estabelecimento. Quase sempre contratados como diaristas sem carteira assinada, realizam inúmeras tarefas nos estabelecimentos irrigados. Sob a denominação de diaristas, encontram-se, na verdade, diferentes tipos de agentes sociais. Muitas vezes um diarista é, na verdade, um meeiro que acerta com o proprietário realizar algum trabalho fora da área de meação, recebendo por isto, diária. O tipo mais comum de diarista parece ser representado pelo pequeno produtor (meeiro ou mesmo pequeno proprietário da área de sequeiro) que completa sua renda trabalhando eventualmente nas lavouras vizinhas. A existência de lavouras irrigadas ao lado de áreas de sequeiro, vai fazendo com que o trabalho assalariado vá se tornando cada vez mais importante para parcelas crescentes de trabalhadores. Observa-se que a seca tem feito migrar para a área irrigada um grande número de trabalhadores rurais da área de sequeiro. Esta migração tem mantido a área irrigada provida de abundante quantidade de mão-de-obra, o que tem deixado a força de trabalho mais sujeita à exploração, no que se refere ao valor das diárias e

consequente condições de vida.

Ainda com relação ao trabalho assalariado, é importante anotar o aparecimento de unidades de produção "capitalista" na área irrigada. O Município de Santa Maria da Boa Vista possui quatro empresas de tamanho considerável: Milano, Catalunha, Ouro Verde e Safra, que absorvem um grande contingente de trabalhadores assalariados.

## B. Comercialização

### B.1. Firmas Atravessadoras Grandes:

Elas pertencem a outros municípios e inclusive a outros Estados (por exemplo, Em Santa Maria da Boa Vista, a Nordil, da Bahia), e também aos dois municípios estudados, e adquirem produção da região para ser destinada a centros de consumo afastados, normalmente capitais e cidades de porte médio. As matrizes destas firmas estão sediadas nessas cidades. Elas podem comprar diretamente do agricultor ou de atravessadores pequenos e inclusive de cooperativas. Elas possuem caminhões e arrendam também veículos para transportar a produção. Em Cabrobó prevalecem 6 firmas deste tipo, que adquirem volumes de cebola, arroz, feijão e outros produtos. Estas firmas grandes não ad-

...  
quidem, ao que parece, o volume majoritário dessa produção. Contudo, foi impossível avaliar que proporção é por elas comercializada.

#### B.2. Firmas Agroindustriais:

Neste grupo podem-se classificar dois tipos: aqueles que produzem matéria-prima e aqueles que não a produzem. Entre os primeiros encontram-se as firmas produtoras, processadoras e comercializadoras de uva para vinha e dos licores correspondentes (Cinzano e outros). Entre as segundas, as firmas processadoras de tomate. A importância de ambas em relação ao produto específico que elas manipulam é grande, por exemplo, a CICA compra a maior parte da produção de tomate industrial da região, cuja produção concentra-se nos municípios do Oeste da microrregião (Petrolina).

#### B.3. Atravessadores Pequenos e Médios:

Estes agentes compram a produção na cidade ou nos estabelecimentos e vendem localmente ou também às firmas atravessadoras grandes. Foi impossível conhecer o seu número. Alguns atravessadores médios, particularmente na produção de cebola, vendem às firmas compradoras grandes de São Paulo e outras capitais do Sul: o negócio é acertado por telefone e o atraves-

...  
sador pequeno da região envia um caminhão. Há queixas dos atravessadores em relação aos "descontos" sobre o preço acordado que as grandes firmas do Sul efetuavam em função de uma aparente ou real perda de qualidade do produto.

#### B.4. Cooperativas:

As Cooperativas fornecem, em geral, outros serviços, além de comercialização da produção.

A Cooperativa Agropecuária de Cabrobó Ltda. é a única do município, e fornece os seguintes serviços: a) venda de insumos, ferramentas e equipamentos; b) comercialização de feijão, arroz e alho; c) venda de produtos para consumo doméstico, através de um supermercado, agindo também como cooperativa de consumo; d) repasse de crédito aos pequenos produtores.

A Cooperativa Agropecuária de Santa Maria da Boa Vista, atua desde 1973 com um número de 400 associados (1982) entre pequenos, médios e grandes produtores. Não comercializa a produção, apenas vende insumos para os produtores. Um dos problemas é a falta de capital de giro para dinamizar a atuação da Cooperativa.

#### B.5. Mercado do Produtor:

O Município de Santa Maria da Boa Vista dispõe de um mercado do produtor vinculado à CEA-

...

SA, que é o principal agente de apoio à comercialização agrícola do município. Como não existe Cooperativa com atuação na área de comercialização nem comércio atacadista local, os produtores se relacionam diretamente com o intermediário ou atacadista (de fora) e através da CEASA. Todavia, a maior parte da comercialização se verifica entre o produtor e o atacadista.

A função da CEASA é coordenar o valor, o volume e o escoamento da produção, através do encontro de produtores e atacadistas (Tabela I.5). Participa ainda com informação de preços e de mercado em geral. Fornece informação de colocação dos produtos, de Fortaleza a São Paulo.

A capacidade estimada à armazenagem na quadra coberta é de  $\pm$  300 toneladas. Um módulo de 3m<sup>2</sup> cabe  $\pm$  6 toneladas. Cada módulo varia de 3 a 6 metros quadrados. O produtor paga R\$ 70,00/m<sup>2</sup>\*, com direito de ocupar a área até 7 dias.

Os produtos que circularam em 1982 estão relacionados, conforme Tabela I.8, a seguir.

...

---

(\*) Preço de janeiro de 1983.

## CAPÍTULO II - PEQUENA PRODUÇÃO E EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

### 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para descer às especificidades das Unidades de Produção referidas no estudo de caso, surgiu como necessidade tecer breves considerações acerca do conceito de Pequena Produção. Tais considerações baseiam-se nas reflexões da literatura existente e na observação direta deste segmento, nas várias microrregiões do Estado de Pernambuco (quando da pesquisa que foi citada na introdução desta dissertação).

Tais reflexões em muito contribuíram para conduzir a análise e chegar a uma tentativa de tipologia dos efeitos da modernização na Pequena Produção.

...

dade ou controle dos meios de produção, e o seu processo produtivo tem como base a força de trabalho familiar em todas as etapas do ciclo produtivo. / O resultado desta produção permite assegurar a subsistência familiar através de dois mecanismos: (1) consumo direto dos produtos; e (2) venda do excedente e compra dos alimentos que não são produzidos, além dos bens necessários ao bem estar da família.<sup>(1)</sup>

➤ Outra característica é a incorporação da pecuária e/ou criatório doméstico à atividade Agrícola. Esta incorporação é um indicador de acumulação e é de fundamental importância, como: a) complemento alimentar da família, indispensável para a reprodução de força de trabalho, através do consumo de: carne, ovos, leite, queijo, etc.; b) aproveitamento de adubo orgânico; c) renda assessoria com a venda dos derivados, sem que seja necessário sair do âmbito da Unidade Produtiva; d) como força de tração; e e) em última instância, assegura um suporte econômico para a família, em momentos de crise.<sup>(2)</sup>

✦ A Pequena Produção pode ainda, decorrente do êxito da produção, gerar excedentes tais, que lhe permita acumular. Esta acumulação pode se dar através: 1) da

...

---

(1) A este respeito veja-se entre outros: Graziano Silva, e outros, 1980; Furche, 1983; Kaurtsky, 1968;

(2) Este aspecto vem sendo objeto de discussão entre os pesquisadores que recentemente tem estudado a pequena produção nordestina (por exemplo: Ricardo Carneiro, 1978).



...

extensão da propriedade fundiária, se há disponibilidade de terras; 2) da incorporação de tecnologia indispensável à dinâmica mais racional da Unidade Produtiva (como implementos que reduzam o esforço da força de trabalho; uso de recursos que venham conjugar-se com a disponibilidade de recursos naturais existentes, como a irrigação, etc.); 3) do desenvolvimento da pequena indústria doméstica artesanal<sup>(2)</sup> (doces, queijos, couros, etc.), onde não há a concorrência da grande indústria, ou voltada para faixas de mercado não atendido por esta. A pequena produção pode não ter como fim o lucro mas, ele é necessário para que ela se complemente e se recrie.

↳ A pequena produção supõe dois tipos de Unidade Produtiva: a independente e a dependente.

O grau de independência da pequena produção pode ser medido por uma série de características:

- o - autonomia sobre a dinâmica da produção, onde o produtor decide o tipo de produção, não só em correlação à produção local vinculado às limitações edafo-climáticas mas, às necessidades do consumo familiar - quantidade suficiente à reprodução da força de trabalho familiar.
- ↳ - introdução de tecnologia de forma lenta e racional, de tal forma a adequar o uso desta (quantidade de insumos a implementos indispensáveis) aos recursos já existentes, com vistas a melhoria da produção e moderação da força de

...

---

(1) Com respeito a pequena indústria doméstica artesanal, ver Kautsky, op.cit. pág. 204.

...

trabalho familiar.<sup>(1)</sup>

- a diversificação de produtos, que pode vir a fortalecer a Unidade Produtiva. Pode se dar pela combinação dos produtos básicos de subsistência com um produto voltado para o mercado de matérias-primas,<sup>(2)</sup> ou outros produtos alimentares, tanto para enriquecer a dieta da família, como para o comércio local (nas feiras).
- pode haver atividade acessória dentro da Unidade Produtiva (indústria doméstica artesanal) mas, não é necessário a venda da força de trabalho familiar para Unidades Produtivas maiores ou fora das atividades agrícolas, como medida de complementação de renda.
- pode em algum momento, introduzir trabalhador assalariado temporário, mas não sistematicamente, o mais comum é o sistema de mutirão sucessivo, de uma Unidade para outra.

Este tipo de Unidade Produtiva supõe a presença de outras unidades produtivas do mesmo porte no mesmo espaço onde está inserida, tanto como forma da complementar

...

---

(1) Tal procedimento, vai de encontro às recomendações feitas pela assistência técnica oficial, que não adequa a quantidade necessária de adubos, fertilizantes e defensivos para agricultura de subsistência. Durante a pesquisa de campo este tipo de imposição foi observado nos contratos para o crédito ao pequeno produtor.

(2) Por exemplo, o algodão plantado em consórcio.

...  
idade de produtos, através da compra e venda de mercadorias locais, como para formar uma rede que melhor possa se articular com os compradores de fora e também possa se organizar e estabelecer como classe social.

Este seria o tipo de pequena produção independente, que se recria dentro da sua própria dinâmica.

Um fator limitante do seu desenvolvimento é a redução da sua capacidade de produção e manutenção, a partir da divisão parcelária familiar, por herança, que pode gerar um novo ciclo, se houver condições favoráveis ou vir a se estagnar como pequena produção independente (Kautsky, 1980).

O grau de dependência, em geral, se verifica ao nível do capital, quando a pequena produção não consegue se reproduzir dentro do seu próprio bojo.

Para se manter, a Unidade Produtiva começa a absorver uma quantidade de tecnologia maior do que a sua necessidade, e isto é traduzido no consumo de máquinas, implementos, uma grande variedade de produtos químicos, etc. Tal aquisição está vinculada ao acesso que o produtor tem à engrenagem oficial, através de programas e políticas, como o crédito por exemplo. Este, da forma como é concedido, muitas vezes torna-se um risco para o patrimônio ou, promove de forma acelerada a descaracterização da Unidade de Produção Familiar.

Ainda, dada a engrenagem à qual está articulada, nem sempre o uso da tecnologia é suficiente para aumentar

...

...  
a produção e com o lucro obtido vir a liquidar os débitos de financiamento e manter a família, daí passa a extrair da mão-de-obra familiar um sobretrabalho, como forma de complementação de renda para a subsistência. Assim, vende sistematicamente a sua força de trabalho a médias e grandes unidades produtivas, ou mesmo fora da atividade agrícola. Diminui de forma sensível a presença da pecuária e pequeno criatório que é vendido com maior frequência, para sair periodicamente do sufoco das crises, a intervalos cada vez menores. Não consegue ampliar o seu patrimônio, face as dívidas creditícias, ao contrário, o põe sempre em risco. Nesta categoria de pequena produção, não tendo o produtor controle sobre a dinâmica de sua unidade produtiva, passa a substituir no consumo da família, produtos de subsistência diretos por produtos comerciais, de interesse do mercado e subordinado às suas flutuações. Passa a produzir o que determina o capital, via agroindústrias que definem o que, quanto e como produzir, de acordo com a sua capacidade de absorção, estabelecendo assim, um circuito de produção convergente e em detrimento das necessidades e relações de trabalho estabelecidas anteriormente.

A este tipo de pequena produção não importa a forma de ocupação do espaço, se é dispersa ou agrupada geograficamente, pois, está de tal forma desarticulada entre si e em tão baixos níveis de carência, que pouco consegue se organizar enquanto segmento. Há sim, uma tendência a que se recrie dentro destas mesmas bases, e para tal,

...

...  
certamente, a um raio não muito distante existe uma grande unidade produtiva ou agroindústria, que é responsável pela sua reprodução. O que proporciona àquela ainda, soberania e dominação sobre um exército de reserva na sua proximidade.

Certamente, que é o processo de modernização, atrelado à ação do Estado em seu favor, um fator determinante na tendência da pequena produção de se extinguir, ou de se recriar.

A forma de extinção se verifica como medida de apropriação de terras e soberania sobre grandes extensões, geralmente nas melhores localidades e principalmente no que se refere às condições hidroedáficas.<sup>(1)</sup> Tal forma costuma ocorrer com mais frequência onde se instalam empresas com amplos recursos de modernização e especulação de produtos nobres, bem como, onde ocorre o processo de pecuarização, com manejo tecnologicamente sofisticado e que utilizam grandes extensões de terra, dedicada à formação de pasto.

A pequena produção dependente, reflete ainda, a falta de interesse do Estado em dinamizar determinadas áreas, não criando portanto, infra-estrutura de suporte para os pequenos produtores. Neste tocante, gerando incentivos e formas alternativas para a ocupação do espaço por grandes empresas.

...

---

(1) Este quadro é observado com muita frequência na área de estudo, onde vem ocorrendo sistematicamente, um processo de semi-proletarização dos pequenos produtores.

...

, Indaga-se, até que ponto o Estado não é conveniente com esta situação, ou seja, com a recriação da pequena produção dependente, embora coexista o discurso formal de otimizar condições para a manutenção deste segmento. (1)

## 2. PROPOSTA DE UMA TIPOLOGIA

Para chegar a uma tipologia onde tenta-se estabelecer a relação entre pequena produção e modernização, julga-se necessário fazer algumas reflexões sobre o que fica entendido por modernização e o parâmetro utilizado para designar uma unidade produtiva como pequena produção.

A modernização na agricultura se verifica através do emprego de tecnologia avançada, ou seja, o uso sistemático de equipamentos, sementes melhoradas, corretivos de solo, defensivos agrícolas, adubos, etc. O avanço tecnológico é combinado com as relações de trabalho, que tendem a se modificar a partir da forma como é empregada a força de trabalho, quanto mais dinâmica, maior é a incorporação da mão-de-obra assalariada. Portanto, a modernização gera substanciais mudanças na organização da produção e do trabalho.

...

---

1) A este respeito, foi incorporada à bibliografia, a leitura de Projetos e Programas Especiais voltados para a problemática do pequeno produtor rural do Nordeste. Da mesma forma, a pesquisa de campo estava orientada para perceber os feitos de tais políticas do Governo e concluiu-se que a maioria ficava ao nível dos discursos.

...  
Tomando como referencial a Pequena Produção, busca-se ver quais os efeitos de modernização na sua dinâmica e o que isto significa para a estrutura familiar a ela vinculada, que é quem diretamente absorve os efeitos decorrentes deste processo. Para tanto, é preciso que aqui se esclareça qual o parâmetro utilizado para se designar uma unidade produtiva de pequena produção.

O fator oficial determinante da pequena produção é o MVR (maior valor de referência), que está associado à capacidade de produção de uma unidade produtiva, portanto, não importa o tamanho da propriedade se nela só se consegue produzir um número X de MVR. Ao limite desta unidade de referência não só está caracterizado o tipo de produtor (mini, pequeno, médio ou grande), mas também a quantidade de crédito que este pode dispor para investimento, custeio e comercialização. Com isto o produtor pode ter disponibilidade de terra mas não tem condições de utilizar os mecanismos de modernização, que o tornaria produtor abastado independente (Queiroz, 1978). Neste caso só consegue financiamento em pequena proporção e para o custeio da produção. Ao contrário, uma unidade produtiva de pequena extensão pode ter o MVR elevado, que lhe proporciona condições de obter financiamento para investimento com máquinas, implementos e beneficiamentos variados.

No estudo de caso, ficou evidente, que no espaço onde vem ocorrendo a modernização na agricultura, é através da estrutura familiar - "a base da pequena produção" -

que mais se percebe as mudanças e tendências deste segmento, que se supõe poder generalizar para outros espaços onde avança o capital.

Na base física do estudo, que compreende os Municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista, a pesquisa de campo permitiu localizar e construir uma tipologia cujas características mostram o comportamento da família rural, como ponto central da mudança neste processo de transição.

*o ponto de partida*  
*Novos temas*  
A partir dos dados levantados, os critérios que se mostraram como os mais representativos para a análise foram: 1) o padrão de consumo das famílias, no que se refere à alimentação, relacionada com a produção local e os serviços de educação, saúde e habitação; e 2) a divisão de trabalho familiar, tendo como ponto central a utilização da força de trabalho feminina.

Das famílias entrevistadas, 38 se enquadram no segmento de pequenos produtores, considerando-se aquelas características que foram referidas no item 1 deste capítulo e tomando como base o processo de modernização da agricultura que passa a ser incorporado em várias instâncias pelas unidades ora analisadas. Daí chegou-se a uma tipologia de produtores com 3 situações (Tabela II.1), mais os trabalhadores assalariados que sofrem influências diretas desta modernização.



TABELA II.1

TIPOLOGIA DE PRODUTORES, SEGUNDO UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E GRAU DE MODERNIZAÇÃO, NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Tipos	Mão-de-obra Utilizada	ABS	Uso de Crédito	Uso Insumos Agrícolas	Irrigação c/moto-Bomba	Posse de Máquinas/Equipamentos
A	familiar	16	3	14	3	4 <sup>(1)</sup>
B	familiar + assalariada	19	7	19	11	12 <sup>(2)</sup>
C	assalariada	3	2	3	3	4 <sup>(3)</sup>

Fonte: (1) Este número se refere a moto-bomba p/irrigação.  
 (2) Destes, (11) são moto-bomba e (01) trator.  
 (3) Destes, (02) são moto-bomba e (02) são tratores.

Na Tabela II.1, aparecem os tipos de produtores cujo grau de modernização é evidenciado pelo tipo de mão-de-obra utilizada, o uso de crédito,<sup>(1)</sup> de insumos agrícolas, irrigação e posse de máquinas e equipamentos, cuja divisão foi:

- a) 16 produtores, cujas famílias, estão unicamente envolvidas na dinâmica de Unidade de Produção Familiar, sob a condição de proprietários, arrendatários e parceiros, sem que se exclua a articulação desses três tipos da posse da terra. Nesse tipo é utilizado apenas a força de trabalho familiar. Observa-se que o acesso ao crédito é muito baixo (16,7%), da mesma forma que é o uso de ir-

...

(1) Foi considerado o acesso ao crédito no último ano.

...  
rigação com moto-bomba.<sup>(1)</sup> O uso de insumos agrícolas é praticamente generalizado (87,5%), contudo, observando-se a parte de questões abertas dos questionários, verifica-se que neste tipo não há grandes variedades de fertilizantes e defensivos e o uso de corretivos de solo é nulo. A posse de equipamentos se refere a motor para irrigação (25,0%). Portanto, tem-se aqui pequeno indício de modernização, perfeitamente absorvido pela estrutura familiar estabelecida.

b) 19 produtores que se articulam de forma mais acentuada com o processo de modernização. Observa-se o uso generalizado de insumos (100,0%), com maior variedade e quantidade (segundo questionários). O acesso ao crédito agrícola se eleva em relação ao tipo anterior (36,8%), como também o uso de irrigação com moto-bomba (57,9%), mesmo fato que se verifica para a posse de máquinas e equipamentos (63,1%). Neste tipo a utilização da mão-de-obra passa a ser combinada (famílias + trabalhadores diaristas). Também, foram localizados sob as condições da situação "A".

c) 3 produtores,<sup>(2)</sup> todos na condição de proprietário e

...

---

(1) É muito frequente nesta área o uso de regadio manual, feito geralmente por crianças.

(2) Estes produtores, de acordo com o MVR, estão bem mais próximos da categoria de médios produtores, contudo, eles são importantes nesta análise para se estabelecer correlações com os indicadores dos capítulos seguintes.

...  
utilizando unicamente mão-de-obra assalariada<sup>(1)</sup> temporária e permanente). Tanto o uso de insumos agrícolas (100,0%) o uso de irrigação com moto-bombas (100,0%) e a posse de máquinas e equipamentos (100,0%), indicam ser este tipo o que atingiu maior grau de modernização. O acesso ao crédito também é proporcionalmente maior que os anteriores.

Uma observação feita aos três tipos, é que a produção é voltada tanto para a subsistência como para a comercialização porém, a medida em que são introduzidas os elementos de modernização, há uma tendência para direcionar a produção cada vez mais para o mercado, o que tende a gerar uma mudança inclusive nos hábitos alimentares, pela substituição dos produtos consumidos pela família.

Fora desta tipologia de produtores, foram analisadas as entrevistas realizadas entre as famílias dos trabalhadores sem terras, porém articuladas com o processo de modernização apenas pela venda da força de trabalho, não obstante em alguns documentos oficiais serem os assalariados rurais incluídos na categoria de pequenos produtores (Projeto Nordeste, 1983).

São 19 famílias totalmente desvinculadas da Unidade de Produção Familiar, e parcialmente integradas como força de trabalho ao processo de modernização. Os traba-

...

---

(1) Estes produtores são residentes na "rua" e a família (mulher e filhos) não executam nenhuma tarefa ligada a unidade produtiva.

lhadores são assalariados permanentes ou temporários nas Unidades Produtivas maiores, das grandes empresas ou diaristas no carregamento de caminhões ou construção civil. Residem nas vilas rurais, nas vilas das empresas ou nas pontas da rua da sede dos municípios ou dos distritos. A localização destes, confere determinados nuances ou subtipos dentro desta categoria, o que será visto no capítulo seguinte.

*hipóteses*

As hipóteses de como o desenvolvimento econômico alcançado pela modernização na agricultura (que se observa na reorganização do espaço e na expansão tanto das grandes empresas com grandes incentivos como nas médias e grandes propriedades particulares) pode vir a atingir de forma positiva a estrutura familiar do pequeno produtor, poderiam se expressar de várias maneiras:

- na medida em que incorporam um certo grau de tecnologia que permite assegurar ou tirar melhores resultados da produção e conseqüentemente liberar mais a força de trabalho familiar, diminuindo as jornadas de trabalho feminino, poupando a força de trabalho do menor, etc.
- para incentivar o desenvolvimento do capital na agricultura, o Estado cria mecanismos de apoio como, implantação de sistema financeiro para ampliar as possibilidades de crédito agrícola; representação de órgãos oficiais para serviços de assistência técnica; canais de informação de preços nos mercados regionais e até nacional; infra-estrutura de apoio à comercialização (como mercado do

...  
produtor), etc. Certamente, os pequenos produtores também se beneficiaram de toda essa infra-estrutura existente, além de contar diretamente com o apoio dos mais diferentes Programas Especiais, voltados para este segmento.

- o desenvolvimento econômico tende a estimular também a expansão dos serviços sociais, que beneficiam as famílias rurais no que se refere às condições de educação, saúde e habitação.

Os capítulos seguintes mostram a dinâmica dos três tipos, tentando perceber através das variáveis escolhidas, se as hipóteses acima referidas são verdadeiras ou como evolui a pequena produção e a família a ela agregada, frente aos processos de modernização. Da mesma forma tentar-se-á refletir sobre as mesmas variáveis entre as famílias de trabalhadores.

### CAPÍTULO III - PADRÃO DE CONSUMO E DIVISÃO DE TRABALHO

#### 1. ESTRUTURA DA FAMÍLIA RURAL

Para introduzir a análise dos indicadores escolhidos como parâmetro para se chegar ao conhecimento do nível de vida das famílias segundo os tipos, foi feita uma seleção dos pontos mais relevantes obtidos com as informações da história de vida das famílias e a observação direta nas residências, para conhecer a estrutura interna do conjunto das famílias.

O primeiro ponto a observar se refere ao tamanho médio das famílias.<sup>(1)</sup> Foi observado uma forte tendên-

...

---

(1) Para o tamanho da família, considerou-se o total de filhos vivos em casa no momento da coleta de informações mais os pais. Isto porque alguns filhos já podem também ter casado e formado novas famílias.

...  
 cia para famílias grandes (acima de 8 pessoas), e isto depende da condição do produtor ou poder aquisitivo que esta possa ter.

De acordo com a Tabela III.1, observa-se que nesta estratificação os percentuais mais baixos correspondem aos casais que não tem filhos, que são os mais jovens e com pouco tempo de casados. Os percentuais vão aumentando gradativamente, no entanto, são as famílias que têm acima de 6 filhos vivos ou em sua totalidade as de maior representatividade.

TABELA III.1

TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Nº de Filhos por Família	Famílias %
não tem filhos	10,4
1 a 2 filhos	17,3
3 a 5 filhos	24,1
6 filhos acima	48,2

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

A maioria das famílias encontram-se distribuídas em habitat dispersos e uma minoria em habitat agrupado, quando residem nas vilas das empresas (trabalhadores permanentes) ou nas vilas rurais, sendo que no último caso a forma de ocupação foi a invasão.

Embora com duas formas de ocupação, as condições das casas, com raras exceções, são precárias. No primeiro caso as casas em geral são de taipa e com poucos cômodos, o

...

que deixa mal acomodada a família, geralmente numerosa. No segundo caso, as casas são de alvenaria mas, só apresentam um melhor nível aquelas das vilas das empresas; as casas das vilas que foram invadidas não tiveram seus serviços concluídos, ficando portanto as famílias que habitam estas casas um desconforto ainda pior. Nos dois casos, as condições sanitárias são precárias, a inexistência de fossa, água e privadas, expõe as famílias a toda sorte de doenças infecciosas crônicas, num círculo que se reproduz a cada geração.

As casas possuem poucos móveis e utensílios, no entanto, verificou-se uma grande expectativa entre os entrevistados quando se perguntou "o que mais gostariam de ter", conforme (Tabela III.2).

TABELA III.2

O QUE MAIS AS FAMÍLIAS GOSTARIAM DE TER<sup>(1)</sup>

Bens mais Desejados	%
Casa	13,8
Móveis/Rádio/TV/Utensílios	36,2
Carro	10,3
Outras coisas <sup>(2)</sup>	3,5
Sem expectativa	5,2
Saúde/Alimentação	15,5
SR	15,5

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro/1983.

....

- (1) É preciso considerar o grau de inibição por parte dos entrevistados ao responderem esta questão, haja vista a elevada frequência dos que se omitiram (SR).
- (2) Em outras coisas, está incluído: terra, crédito, trabalho permanente, educação para os filhos, melhor preço para a produção, etc.



...

O desejo de adquirir móveis, rádio, televisão e utensílios foi muito evidente, porque a maioria das casas (na zona rural) possuem o mínimo indispensável e em precárias condições. A televisão é um sonho. Depois vem, saúde e alimentação. A casa própria coincide com o mesmo percentual dos que moram em casa ocupada. A aspiração por carro, está intimamente ligada à necessidade de um meio de transporte para levar a produção até a cidade e melhor comercializar — uma tentativa de libertação do atravessador — e para levar os filhos à escola.

> Foi observado um intenso fluxo migratório dentro da própria microrregião, que se intensificou nos últimos 3 anos em decorrência da seca, o que fez baixar ainda mais o nível de vida das famílias. Resultante deste fato é o vazio das casas com relação aos bens adquiridos e a baixa frequência às escolas.

As opções de lazer na zona rural são poucas, para os homens, foi observada uma grande quantidade de jogos de bilhar com bodegas de cachaça. É o ponto de encontro e bate-papo. Não foi observada outras opções de lazer. As famílias em geral são católicas e as mulheres costumam visitar a igreja nos dias de feira quando vão aos distritos ou à sede do município.

As relações de vizinhanças são muito fortes e não deixa de haver estreitamentos de parentescos através de batizados e casamentos entre os grupos próximos. Estas relações também são presentes através de ajudas mútuas em al-

...

...

gumas etapas de produção agrícola; é o conhecido sistema de mutirão.

Os casamentos se dão entre casais muito jovens e é um dos fatores que levam ao parcelamento das terras, surgindo daí uma nova unidade de produção sob o uso intensivo de força de trabalho familiar e reproduzindo as mesmas características de pequena produção de alimentos para a subsistência e pequeno comércio.

Quando se trata de famílias que não possuem a propriedade da terra ou controle da produção é comum a busca de atividades acessórias para complementar o salário, e em geral são desenvolvidas, pelos homens em outros setores de atividade e pelas mulheres, em geral as filhas mais velhas através do emprego doméstico nas cidades próximas, o que é considerado como sendo a pior forma de ganhar a vida para uma filha da família rural, alguns achando até que "é meio caminho para a prostituição".

Todos esses costumes e valores que caracterizam a estrutura da família rural, mostram-se possíveis de mudanças causadas pelos efeitos da modernização na agricultura. Essas mudanças são assimiladas no interior das famílias, que não deixam de expressar o seu sentimento, ora, de esperança e crédito a médio e longo prazo, ora, da desventura, incerteza e descrença em qualquer tipo de apoio ou possibilidade de mudança para melhor.

Para compreender este processo de transição, foram analisadas as informações segundo os grupos de família

...

...

de cada tipo de unidade, tomando como referência os indicadores de Padrão de Consumo e Divisão de Trabalho.

## 2. PADRÃO DE CONSUMO

Para observar o padrão de consumo da tipologia proposta relacionando-o como o grau de modernização, foram considerados como variáveis: 1) o consumo alimentar, e para tal será feita uma análise comparativa entre os principais produtos consumidos pelas famílias e a produção de subsistência ou poder de aquisição dos produtos complementares; e 2) o consumo de serviços de educação, saúde e habitação, sendo que será feita também uma análise comparativa entre o estoque ou acesso destes serviços e a oferta ou distribuição pelo Estado. Esta análise é também fundamentada na história de vida das famílias que participaram da enquete.

Iniciando a análise pela distribuição de produtos nos 3 tipos<sup>(1)</sup> de unidade produtiva, os dados da Tabela III.3 confirmam os da Tabela I.4, que os produtos tradicionais desta área são, a cebola, o feijão e o arroz.

Os produtos de subsistência são cultivados pelos 3 tipos, destacando-se o feijão com a maior frequência e o milho como a menor. Foi observado que tanto maior é a área cultivável, maior é a quantidade de fei

...

---

(1) Nesta Tabela só aparecem 3 tipos porque o 4º tipo é formado pelos trabalhadores assalariados.

TABELA III.3

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE PRODUTIVA NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Produtos	Unidade Produtiva "A" %	Unidade Produtiva "B" %	Unidade Produtiva "C" %
Arroz	25,0	42,1	100,0
Feijão	68,7	68,4	100,0
Milho	12,5	15,8	66,6
Cebola	68,7	73,7	100,0
Tomate	31,2	26,3	—
Melancia	31,2	31,6	33,3
Melão	37,5	26,3	33,3
Alho	6,25	5,3	—
Banana	6,25	5,3	—
Mandioca	12,5	10,5	—
Pecuária	43,7	57,9	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

...

...

ção produzida, uma vez que este produto é muito lucrativo para os médios e grandes produtores. Os tipos A e B em geral, o plantam para a subsistência e comercializam o excedente sem grandes lucros, uma vez que a sua produção subordinada ora ao intermediário que compra todo o excedente dos produtores menores, ou no caso dos parceiros que tem a sua parte na produção comprometida com o proprietário ou arrendatário. O arroz, em menor proporção mas passa pelo mesmo processo. Quanto ao milho, é cultivado pela menor proporção dos 3 tipos de unidade produtiva. A mandioca também é cultivada residualmente e só nos tipos A e B, o que supõe ser somente para a subsistência.

Os demais produtos são todos voltados para a comercialização e tem na cebola o seu maior representante, que é cultivado indistintamente nos três tipos. Contudo, tem entre os tipos A e B - ou, no conjunto dos pequenos produtores - o maior volume de produção. Isto se deve ao fato de ser uma cultura de alto risco no momento da comercialização. Para os pequenos produtores é considerado como um "jogo de azar", pois há safras que ganham muito e safras em que perdem tudo. Para os médios e grandes produtores, com uma visão já capitalista de como direcionar a produção, tendo como objetivo primeiro o lucro, não investem tanto na cebola, porque o lucro flutua tanto quanto o preço do mercado a cada safra.

O tomate, é basicamente um cultivo dos pequenos produtores - tipo A e B -, que tem toda a produção controlada pela agroindústria, que prefere ter o controle dos produ-

...

...  
tores do que o da produção direta. Embora essa cultura venha se expandindo muito, não proporciona grandes lucros, uma vez que o mecanismo usado pela agroindústria é a fixação do preço através de contrato no início do cultivo.

O alho e a banana também apareceram como culturas residuais e só nos tipos A e B.

Tanto o melão quanto a melancia, vem se expandindo nesta área entre os 3 tipos e tem a produção totalmente voltada para a comercialização com várias regiões. Estas culturas aparecem com maior frequência no Município de Santa Maria da Boa Vista, onde se concentram semanalmente grande quantidade de atravessadores para comprar esses produtos.

A pecuária é presente nos 3 tipos, não obstante ser o tipo C aquela que concentra os maiores rebanhos. Nos tipos A e B observa-se uma maior quantidade de criatório de pequeno porte.

## 2.1. CONSUMO ALIMENTAR POR TIPO DE FAMÍLIA

Para sentir os efeitos da modernização refletida no interior das famílias, tomou-se como indicador inicial o padrão de consumo alimentar dos tipos identificados, buscando uma relação com os produtos cultivados (Tabela III.4).

TABELA III.4

PRODUÇÃO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO TIPO A, NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

FAMÍLIAS SEGUNDO O TIPO	PRODUTOS CULTIVADOS E PECUÁRIA	%	CONSUMO DI RETO DA UNID. PRODUTIVA	%	CONSUMO DE ALIM. NÃO PRODUZIDOS	%
TIPO A 16	Arroz	25,0	Arroz	81,2	Farinha	56,2
	Feijão	68,7	Feijão	100,0	Der. Milho	12,5
	Milho	12,5	Carne(div)	18,7	Der. Trigo	18,7
	Cebola	68,7	Leite	18,7	Café	100,0
	Tomate	31,2	Ovos	6,2		
	Melancia	31,2	Frutas	18,7		
	Melão	37,5				
	Alho	6,2				
	Banana	6,2				
	Mandioca	12,5				
	Pecuária	43,7				

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

Para o tipo A, a Tabela III.4, mostra que o número de famílias que consomem produtos de subsistência (Feijão, arroz, milho) é bem maior do que o número de famílias que os produzem. Os demais produtos são consumidos moderadamente e são complementados com produtos não produzidos na Unidade Produtiva, que são os derivados trigo (macarrão, bolacha e bolo), os derivados de milho (fubá), farinha e café.

Os dados revelam que neste tipo de Unidade Produtiva os três primeiros produtos são cultivados apenas

para o consumo direto das famílias, e certamente que não há excedente destas; o lucro obtido com a venda dos demais produtos é que permite a aquisição de maior quantidade e de outros gêneros. O café é consumido por todos e em todas as refeições, deixando-se até de comprar outros produtos para comprá-lo. É considerado indispensável, inclusive nos 3 tipos.

TABELA III.5

PRODUÇÃO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO TIPO B, NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Famílias Segundo o Tipo	Produtos Cultivados e Pecuária	%	Consumo Direto da Unidade Produtiva	%	Consumo de Alim. não Produzidos	%
TIPO B 19	Arroz	42,1	Arroz	31,6	Farinha	15,8
	Feijão	68,4	Feijão	36,8	Der.Trigo	5,3
	Milho	15,8	Carne	15,8	Café	100,0
	Cebola	73,7	Leite	31,6		
	Tomate	26,3	Ovos	10,5		
	Melancia	31,6	Verduras	5,3		
	Melão	26,3	Frutas	5,3		
	Alho	5,3				
	Banana	5,3				
	Mandioca	10,5				
	Pecuária	57,9				

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

Já a Tabela III.5, indica que o Tipo B consome quantidade inferior — para todos os produtos — a quantidade produzida. Contudo, não significa que haja exce



dente, ao contrário, isto é um indicador de que a família tem que se privar do que produziu e vender parte da produção que seria para a sua subsistência. Certamente, esse mecanismo é gerado pela necessidade de dinheiro para saldar as dívidas decorrentes da incorporação de tecnologia, como foi visto no capítulo anterior. Vem confirmar este argumento a baixa proporção de famílias que complementam sua dieta alimentar com produtos não produzidos diretamente.

TABELA III.6

PRODUÇÃO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS, NO TIPO C, NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Famílias Segundo o Tipo	Produtos Cultivados e Pecuária	%	Consumo Direto da Unid. Produtiva	%	Consumo de Alim. não Produzidos	%
TIPO C 3	Arroz	100,0	Arroz	100,0	Farinha	100,0
	Feijão	100,0	Feijão	100,0	Outros	100,0
	Milho	66,6	Milho	100,0	Café	100,0
	Cebola	100,0	Fruta { Melão	100,0	Verduras	100,0
			{ Melancia			
	Tomate	-	Carne	100,0	Frutas (várias)	100,0
	Melancia	33,3	Leite	100,0		
	Melão	33,3	Ovos	100,0		
	Alho	-	Queijo	100,0		
	Banana	-				
	Mandioca	-				
	Pecuária	100,0				

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

As famílias do Tipo C, pouco representada na amostra, por servir apenas de termo de comparação entre as demais, têm aqui um forte significado, pois, a Tabela III.6 deixa claro pelo seu padrão de consumo alimentar, que há uma substancial diferença entre este tipo e aqueles que incorporando ou não tecnologia, são pequenos produtores. Percebe-se, que o consumo independe da produção, pois há condições de suprir a dieta da família com outros produtos não cultivados. Contribui para tanto, também a localização das famílias — na sede dos municípios — e a facilidade de locomoção para outras áreas.

TABELA III.7

PRODUÇÃO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO TIPO D, NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Famílias	Segundo o Tipo	Consumo Alimentar	%
TIPO	D	Arroz	89,5
19		Feijão	100,0
		Enlatado	26,3
		Farinha	36,8
		Carne	10,5
		Leite	5,3
		Ovos	5,3
		Frutas	5,3
		Verduras	5,3
		Café	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

...  
Este tipo se compõe de famílias que estão atreladas ao processo produtivo apenas pela venda na força de trabalho, sendo portanto, aquelas que repõem a força de trabalho apenas com o seu salário. Independe pois o seu padrão alimentar dos produtos que venham a cultivar, mesmo que pelas mãos destes venha a passar grande variedade e quantidade de alimentos diretos. Embora não haja termo de comparação entre a produção e o consumo, os dados revelam ser estas famílias as que têm o padrão alimentar mais pobre em variedade de gêneros. Apenas o feijão e o arroz aparecem com uma frequência significativa (Tabela III.7).

Observou-se portanto, com relação ao padrão de consumo das famílias, que há uma certa distorsão entre o consumo alimentar e os produtos cultivados por estes. de acordo com os tipos :

- Tipo A- Percebe-se que no grupo de famílias deste tipo, há uma certa relação entre os alimentos produzidos e os consumidos, que naturalmente decorre do fato de que neste grupo a produção é mais voltada para a subsistência e esta relação começa a se estabilizar nos grupos seguintes.
  
- Tipo B- Este grupo de famílias, tem a produção orientada em primeiro plano para o mercado e conseqüentemente para aqueles produtos, cuja demanda pode ser de alimentos diretos para ou-

...  
tras áreas ou mesmo matéria-prima para agroindústrias. Neste caso, o produtor já não tem o controle da produção e para este, urge a necessidade do lucro não só para garantir um padrão de vida mais elevado para a família mas para pagar as dívidas creditícias contraídas com financiamentos e manter-se atrelado à engrenagem que faz funcionar a unidade produtiva, agora sob a égide do capital e sua consequente subordinação. Neste processo, começa a haver uma sensível mudança de hábitos alimentares, tanto qualitativos quanto quantitativos.

Qualitativamente, há uma tendência para o consumo de alimentos processados, pouco variado e nem sempre de melhor qualidade. O consumo de leite e de carnes é muito baixo, chega a ser menor que no grupo anterior, pois há uma diminuição do criatório, muitas vezes como medida para pagar débitos contraídos e até diárias de trabalhadores em determinadas etapas. A quantidade também é alterada, pois o lucro obtido com a comercialização nem sempre é suficiente para comprar os alimentos necessários, pois chegam a zona rural por preços elevados.

- Tipo C - Está totalmente inserido num tipo de agricultura modernizada, inclusive sem utilizar a

...  
mão-de-obra familiar e também localizando-se fora do espaço rural, tem todos os seus hábitos próximos do urbano, inclusive o alimentar. Ainda, pode manter um melhor padrão qualitativo e quantitativamente maior.

- Tipo D - São os trabalhadores assalariados, que não possuem os meios de produção e são parte fundamental do processo de modernização enquanto força de trabalho na agricultura nas instâncias mais avançadas do capital, aqueles que vêem o padrão alimentar da família mais insuficiente, chegando muito perto de não ver reproduzida a sua força de trabalho. Se são trabalhadores permanentes e moram nas vilas das empresas ou nas grandes propriedades, vivem na dependência de um só salário e não tem condições de ampliar a renda da família, como foi visto no capítulo anterior. Dificilmente conseguem concessão de um pedaço de terra para roçado, ficando portanto à mercê dos produtos que são vendidos no mercado da empresa, fato que se aproxima da situação dos trabalhadores da Zona Canavieira e sua realção com o barracão da Usina (Cabral, 1982). Se o trabalhador mora com a família nas pontas de rua da periferia urbana, permanece o mesmo padrão e ainda ocorre uma degradação mais acelerada de hábitos e valores da família, que tenta se re

produzir de formas as mais variadas.

Na verdade, são as famílias dos assalariados, que na grande maioria, outrora se enquadraram em outras condições de produtor, que mais retratam os efeitos da modernização nas relações de trabalho e conseqüentemente no baixo padrão de consumo alimentar.

O baixo nível da alimentação entre as famílias dos pequenos produtores é evidenciado nas características físicas das pessoas ao primeiro contato, e é confirmado em determinados aspectos de saúde da família, que será analisada adiante. Outra característica é a busca de manter os filhos na escola pela merenda escolar e onde esta não é distribuída ou o é de forma insuficiente, observa-se uma queda entre o número de matriculados e o de concluintes. Também relacionada com alimentação estão os altos percentuais de mortalidade nos 4 primeiros anos de vida, causados por enfermidades decorrentes da desnutrição (Tabela III.11).

## 2.2. CONSUMO DE SERVIÇOS POR TIPO DE FAMÍLIA

O consumo de serviços de educação, saúde e habitação, tentou perceber se há diferenças entre os 4 tipos de famílias analisadas e relacionar o padrão do con

que fizeram até o 1º grau menor completo; mé-  
dio - para os que fizeram até o 1º grau maior  
completo; e alto - para os que fizeram até o  
2º grau completo. 2) A causa da evasão, deve-  
rá mostrar o grau de abandono escolar e as suas  
principais causas. Esta variável também re-  
flete as condições de vida da família, uma vez  
que utilizam em maior ou menor escala a força de  
trabalho do menor, em detrimento de sua educação.

TABELA III.8

PADRÃO DE EDUCAÇÃO DOS PAIS E DOS FILHOS, SEGUNDO OS TIPOS DE U-  
NIDADE PRODUTIVA, NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA  
VISTA

Famílias Segundo o Tipo	Nível de Educ. dos Pais				Nível de Educ. dos Filhos				Evasão <sup>(1)</sup> Escolar	
	Analíf/ASS Nome	1º Gm	1º GM	2º G	Analíf	1º Gm	1º GM	2º G		
TIPO A 16	32	71,9	21,9	3,1	3,1	31,2	56,2	25,0	25,0	25,0
TIPO B 19	38	55,3	15,8	15,8	13,1	15,8	78,9	26,3	21,0	42,1
TIPO C 3	6	33,3	66,7	--	--	--	33,3	33,3	33,3	--
TIPO D 19	38	78,9	18,5	--	2,6	36,8	15,8	--	--	--

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

(1) Corresponde apenas aos filhos.

...  
A Tabela III.8, revela ao mesmo tempo o padrão de educação dos pais, dos filhos e a evasão escolar por família. Analisando as três situações de acordo com os tipos, tem-se que:

Tipo A- O maior percentual com relação aos pais é para os analfabetos (71,9%) ou que só assinam o nome, seguido do grau baixo (21,9%), sendo residual aqueles com grau médio (3,1%) e alto (3,1%). Em relação aos filhos,<sup>(1)</sup> observa-se que embora o acesso a escola seja muito baixo (vide nota 1), há uma redução no percentual de analfabetos (31,2%) e um crescimento nos percentuais de grau baixo (56,2%), intensificando nos médios (25,0%) e alto (25,0%), em relação aos pais. Quanto a evasão escolar, nas 16 famílias apenas (12,5%) dos filhos deixam periodicamente de frequentar a escola.

Tipo B- Observa-se com relação aos pais, redução nos percentuais de analfabetos (53,3%) e grau baixo (15,5%), enquanto que aumentam os percentuais de graus médio (15,8%) e alto (13,1).

---

(1) O cálculo para esta variável no que se refere aos filhos, foi feito entre as famílias, considerando o número de filhos em idade escolar (acima de 7 anos). O resultado para a amostra foi: 302 filhos em idade escolar e 120 com acesso à escola.  
...



Quanto aos filhos, observa-se uma redução ainda maior que o tipo anterior de analfabetos (15,8%), enquanto aumenta o grau baixo (78,9%); os graus médio (26,3%) e alto (21,0%) mostram níveis próximos do tipo anterior. Quanto à evasão escolar, nas 19 famílias (21,0%) dos filhos deixam periodicamente de frequentar a escola.

tipo C- É o que apresenta o menor percentual de analfabetos (33,3%) entre os pais e concentra os (66,7%) restantes apenas no grau baixo; não houve acesso destes aos graus médio e alto. Com relação aos filhos, não houve referência à analfabetos e verificou-se o mesmo percentual para os graus baixo (33,3%), médio (33,3%) e alto (33,3%). Não foi localizada a evasão escolar entre os filhos deste tipo.

tipo D- Foi o que revelou o maior percentual de analfabetos (78,9%), ficando (18,5%) grau baixo e apenas (2,6%) com grau alto. Os filhos deste tipo de família também apresentaram o percentual de analfabetos (36,8%) mais elevado e que é igual para o grau baixo (36,8%);

é também o que tem menor percentual de grau médio, não aparecendo nenhum com grau alto. Também não foi observada evasão escolar neste tipo.

Para chegar a uma conclusão sobre o nível de educação entre os tipos analisados, é preciso considerar além do movimento da população em direção à escola, o movimento da escola em direção à população. Assim, ao se tentar fazer uma comparação entre o estoque de educação dos pais e o dos filhos, pode-se fazer as seguintes observações:

- Que o grau de analfabetismo entre os pais é elevado para todos os níveis, vindo a se reduzir um pouco no grupo C. Quanto aos demais graus, concentram-se os maiores percentuais no grau baixo em todos os tipos.

É interessante notar como se aproximam os tipos C e D para os graus médio e alto, que são praticamente nulos.

- Comparando com os filhos, vê-se que houve um salto bastante significativo com relação ao grau de analfabetismo nos tipos A e B e que desaparece no tipo C, permanecendo apenas igual no tipo D.

...  
- O acesso aos demais graus aumentam em todos os tipos, com excessão do grau alto para o tipo C.

Certamente que a diferença entre as gerações não são decorrentes somente do poder aquisitivo das famílias, possibilitando o maior ou menor acesso à escola. Considerando que a rede de ensino que predomina na zona rural é a municipal e que nos últimos anos, recebeu um reforço considerável no que se refere a construção de escolas, decorrente da política educacional de interiorização do ensino, fica claro que há na geração dos filhos uma oferta significativamente maior de escolaridade. Contudo, o avanço quantitativo não é acompanhado pelo qualitativo, e isto, porque as escolas da zona rural só oferecem até o 1º grau menor, com um nível de capacitação dos docentes que é muito deficiente. Ainda, vem reforçar, a baixa ou quase nula quantidade de equipamentos das salas de aula, o nível salarial dos docentes e a dificuldade de acesso destes, quando residem na sede dos municípios e tem que se deslocar para grandes distâncias. Há escolas que passam grande parte do ano letivo sem aulas, em decorrência destes entraves. O 1º grau maior e o 2º grau somente são oferecidos nas escolas municipais e estaduais localizadas na sede dos municí-

...  
pios. Estas, absorvem a clientela local mais aquela oriunda do campo, que consegue ser promovida para as séries posteriores e se instalam na cidade ou vão diariamente quando residem mais próximas à escola, o que significa alguns quilômetros a pé todos os dias.

Embora haja grandes diferenças no nível de educação das gerações dos pais para a dos filhos, percebe-se uma baixa participação, uma vez que dos 302 filhos em idade escolar, apenas (39,7 %) tem acesso à escola, como também os maiores percentuais estão localizados no grau baixo. Vem corroborar com estas afirmações a evasão escolar localizada nos Tipos A e B.

A evasão escolar é considerada como sendo uma das principais causas do baixo nível de escolaridade na zona rural. O trabalho temporário do menor foi indicado como sendo a principal causa. A mão-de-obra do menor é muito requisitada em determinadas etapas para somar à força de trabalho necessária, principalmente nas pequenas unidades produtivas. A segunda maior causa é a distância da escola, que certamente decorre da dispersão do habitat rural em relação a localização dos prédios escolares e de não haver nenhuma infra-estrutura de transporte. A impossibilidade de promoção porque não há série

...  
série posterior, pode se relacionar com a falta de infra-estrutura de transporte entre as áreas de concentração rural e a sede do município, e muitas vezes a falta de capacitação dos professores para atender as 4 primeiras séries do 1º grau menor, haja vista as inúmeras escolas que só oferecem as 2 primeiras séries. Os tipos que não apresentarem evasão escolar dos filhos foram o tipo C, cujos filhos frequentam as escolas da zona urbana e possuindo uma situação econômica mais favorável, não utilizam mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas. Já o tipo D, que compreende aos dos trabalhadores sem terra, tanto apresentou o percentual mais alto de analfabetismo para os filhos, como revelou o percentual mais baixo para o grau médio e nulo para o alto. Também, não apresentou evasão escolar. As constatações deste tipo são mais conseqüências do modo de vida quase intinerante destas famílias, que tem que adequar o mais possível o seu habitat às flutuações das ofertas de trabalho, que variam tanto no tempo quanto no espaço. Este modo de vida certamente, reflete-se de forma muito acentuada no nível de educação das famílias, que supõe para que haja um maior sucesso, a fixação da população em idade escolar e a proximidade das escolas.

...

...  
2.2.2. Saúde

Para analisar o nível de saúde da família rural a partir da tipologia, foram utilizados duas variáveis, 1) tipo de serviço mais procurado<sup>(1)</sup> e 2) tipo de assistência que a família tem direito, além das informações extraídas da história de vida das famílias com relação à mortalidade e morbidade.

Embora esta análise não tenha o objetivo de aprofundar o conhecimento da área de saúde com um rigor científico, dada as limitações técnicas, a análise destas variáveis servirá de apoio para refletir sobre o nível de saúde das famílias e ainda tentar relacionar com a oferta de serviços neste setor.

...

---

(1) No questionário a questão foi formulada da seguinte forma: "qual a 1ª pessoa ou serviço que é procurado em caso de doença?"

TABELA III.9

CONSUMO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE PRODUTIVA NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA.

Famílias Segundo o Tipo	Tipo de Serviço procurado pelas Famílias					Tipo de Assistência que a Família tem Direito		
	Posto Saúde	Hospital	Farmácia	Particular	Caseiro	INAMPS	FUNRURAL	Nenhum
TIPO A 16	50,0	18,7	--	12,6	18,7	18,7	12,6	68,7
TIPO B 19	36,8	5,3	26,3	15,8	15,8	15,8	47,4	36,8
TIPO C 3	--	--	33,3	66,7	--	33,3	--	66,7
TIPO D 19	15,8	15,8	36,8	10,6	20,0	15,8	21,0	63,2

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

A Tabela III.9, revelou que nos casos de doenças os serviços procurados e o tipo de assistência que a família tem direito segundo os Tipos são:

Tipo A- das 16 famílias (50,0%), se dirigem em primeiro lugar ao posto de saúde<sup>(1)</sup>; (18,7%) ao hospital<sup>(2)</sup>; (12,6%) à clínica particular; e os (18,7%) restantes utilizam os conhecimentos caseiros. Neste grupo, a-

...

(1) O posto de saúde, se refere às unidades elementares da zona rural, que oferece serviços básicos de saúde.

(2) O hospital se refere à Unidade Mista de Saúde.

penas (18,7%) tem direito à assistência do INAMPS; (12,6%) ao FUNRURAL; e (68,7%) não possuem nenhum tipo de assistência.

Tipo B- das 19 famílias, (36,8%) se dirigem ao posto de saúde; (5,3%) ao hospital; (26,3%) à farmácias<sup>(1)</sup>; (15,8%) procuram clínicas particulares; e os (15,8%) restante utilizam conhecimentos caseiros. Neste grupo, o percentual é ainda menor (15,8%) das que tem direito à assistência do INAMPS; (47,4%) ao FUNRURAL; e (36,8%) não possuem nenhum tipo de assistência.

Tipo C- das 3 famílias, (66,7%) procuram atendimento nas clínicas particulares e os (33,3%) restante procuram as farmácias. Quanto ao tipo de assistência que têm direito, neste grupo, (66,7%) não possuem nenhum tipo de assistência e (33,7%) têm direito à assistência do INAMPS.

Tipo D- das 19 famílias, (15,8%) se dirigem ao posto de saúde; (15,8%) ao hospital; (36,8%) à farmácia; e (21,0%) utilizam conhecimentos caseiros. Neste grupo

...

---

(1) Quando se refere à farmácia, a busca é de um medicamento específico, uma vez que não tiveram acesso à orientação médica.



(63,2%) não possuem nenhum tipo de assistência; (21,0%) tem direito ao FUNRURAL e (15,8%) têm direito a assistência do INAMPS.

A análise destes dados permitem fazer algumas inferências que relacionam o resultado destas variáveis com as características do nível de saúde das famílias, não obstante algumas diferenças também qualitativas das famílias do tipo C. Portanto, sabe-se que o nível dos serviços oferecidos pelos postos de saúde são os mais elementares e residuais possíveis, tanto pela falta de equipamentos e medicamentos como de recursos humanos; que nas farmácias são oferecidos apenas paliativos e não o tratamento. No entanto, são estes os serviços mais procurados pelas famílias dos tipos A, B e D, seguidos dos conhecimentos caseiros. Com relação ao tipo de assistência que as famílias tem direito, os mesmos tipos apresentaram os percentuais mais elevados para, nenhum tipo de assistência, seguido do FUNRURAL.

Como resposta a esse quadro, o conjunto das famílias apresentam características de saúde, que podem ser generalizados para os tipos A, B e D, uma vez que têm acesso ao mesmo padrão de serviços, conforme Tabela III.10.

TABELA III.10

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS FAMÍLIAS NOS MUNICÍPIOS  
DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Características da Amostra	ABS
Total de famílias	57
Total de óbitos	77
Total de natimortos	15
Total de abortos	25
Total de pessoas vivas acima de 49 anos	28
Total de pessoas vivas	430

Fonte: Pesquisa de Campo, 1983.

As 57 famílias forneceram o seguinte quadro: considerando-se o total de 507 (vivos + óbitos) pessoas, foi confirmado o tamanho médio das famílias, cerca de 9 pessoas por família —, apesar de uma quebra de 15,2% de óbitos<sup>(1)</sup>. Observa-se também que houve 43,8% de abortos nas 57 famílias e 26,3% de natimortos. O percentual de pessoas vivas acima de 49 anos foi de 6,5%, o que revela ser a população rural nesta área consideravelmente jovem em sua maioria. Por outro lado, a Tabela III.11, mostra com relação a mortalidade por faixa etária, que há uma acentuada tendência na faixa de 0 a 4 anos de idade. Dos 77 óbitos, (90,9%) ocorreram nesta faixa.

(1) Refere-se ao número de óbitos sobre o total de pessoas.

TABELA III.11

## MORTALIDADE POR FAIXA ETÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Faixa Etária	Mortalidade %
0 - 1 ano	85,0
1 - 4	10,4
5 - 14	5,2
15 - 29	3,9
30 - 49	0,0
50 e mais	0,0

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

As causas principais de mortalidade<sup>(1)</sup> foram divididas por faixa etária, em 2 grupos (Tabela III.12), sendo a primeira faixa de 0 a 14 anos, e a segunda, acima de 14 anos. Foi evidenciado que na primeira faixa etária a principal causa foi a desidratação, que atingiu os percentuais de 53,8% e geralmente nos primeiros anos.

O sarampo, foi a segunda causa em evidência. Em outras causas, estão incluídas coqueluche, pneumonia e doenças da garganta.

No grupo acima de 14 anos houve uma equivalência percentual entre causas de coração, fraqueza e acidentes de trabalho. Em outras causas encontrou-se inclusive casos de suicídio.

(1) Os cálculos para as causas de mortalidade foram feitos entre o número de cada causa e o total de óbitos nas faixas de idade (até 14 anos) e (acima de 14 anos), procedimento também usado para o cálculo da morbidade.

TABELA III.12

CAUSAS DA MORTALIDADE NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E  
SANTA MARIA DA BOA VISTA

CAUSAS <sup>(1)</sup>	%
<u>Até 14 anos</u>	
Desidratação	53,9
Sarampo	19,3
Outras	12,4
Sr.	14,4
<u>Acima de 14 anos</u>	
Coração	20,0
Fraqueza	20,0
Acid. Trabalho	20,0
Outras	20,0
Sr.	20,0

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

As condições quanto à morbidade foram agrupadas em 3 momentos (Tabela III.13): a) na gestação, as doenças mais frequentes foram decorrentes do aborto ou o aborto em si; b) na infância, o sarampo apareceu com maior frequência, vindo em seguida a coqueluche e a doença de olhos, em outras doenças, foram evidenciadas entre outras, fraqueza e verminose; c) nos adultos, as doenças mais frequentes decorrem de acidentes de trabalho; vindo em seguida as doenças do pulmão e gripe.

TABELA III.13

DOENÇAS MAIS FREQUENTES NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Tipo de doença	Na gestação %	Tipo de doença	Na infância %	Tipo de doença	No adulto %
Aborto	45,2	Sarampo	23,2	Acidente	24,4
Hemorragia	35,5	Coqueluche	21,0	Pulmão	15,6
Infecção	19,3	Desidratação	20,6	Gripe e decorrentes	13,6
		Doença de olhos	20,6		
		Outras	14,6		

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

Percebe-se, portanto, que o nível de saúde das famílias na zona rural, não acompanham a diferenciação dos tipos enquanto graus de modernização. Isto porque, do lado dos trabalhadores das empresas, há um tratamento diferenciado para os poucos trabalhadores permanentes, residentes na área das empresas e que possuíam uma infra-estrutura em condições de garantir um melhor nível de serviços sociais. Porém, do outro lado estão representados a maioria das famílias dos grupos analisados que contam com os serviços gerados pela infra-estrutura do Estado. Para estes, independe a diferenciação da condição dos produtores, uma vez estando inseridos espacialmente na zona rural. Para estes, a modernização que se estende na agricultura só atinge as famílias no que se refere à incorporação de tecnologia, que vai favorecer na verdade a outros setores da economia em detrimento do segmento dos pequenos produtores rurais. Fica evidente, pois, que o nível de saúde da família rural é precário. Vem corroborar com esta afirmação a análise dos dados seguintes que também tem grande influência no padrão de saúde das famílias.

### 2.2.3. Habitação

Para maior compreensão do nível de vida das famílias, um dos indicadores foi, saber como mo-

ram. Ver se realmente a qualidade da habitação rural reflete o nível de vida das famílias. Para verificar tal relação, foi considerada a variável condições de posse da habitação, de acordo com a tipologia e na medida do possível, deverão ser inferidas as informações sobre as características das habitações, a origem da água e as condições sanitárias, agregando os 4 tipos.

TABELA III.14

CONDIÇÕES DE POSSE OU OCUPAÇÃO DE HABITAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Famílias Segundo o Tipo	Se	Tipo de Posse e Ocupação			
		Própria	Cedida	Alugada	Ocupada
TIPO 16	A	56,3	31,3	6,2	6,2
TIPO 19	B	57,9	15,8	15,8	10,5
TIPO 3	C	100,0	--	--	--
TIPO 19	D	26,3	36,8	10,5	26,3

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

Tipo A- das 16 famílias, (56,3%) residem em casas próprias; (36,3%) em casas cedidas,<sup>(1)</sup>

...

(1) As casas cedidas, em geral representam a moradia dos parceiros que moram na propriedade; este tipo de ocupação é frequente no Sertão do São Francisco, onde esta categoria vem crescendo, face a expansão da pequena agricultura irrigada.

...  
e' com percentuais iguais e bem reduzi-  
dos, aquelas famílias, que residem em  
casas alugadas (6,2%) e ocupadas<sup>(1)</sup>(6,2%).

Tipo B- das 19 famílias, (57,9%) residem em ca-  
sas próprias; com percentuais iguais são  
as que residem em casas cedidas (15,8%)  
e alugadas (15,8%) e os (10,5%) restantes  
em casas ocupadas.

Tipo C- neste tipo, todas as famílias residem em  
casas próprias (100,0%), embora possuam  
casas nas propriedades.

Tipo D- Considerando os tipos (A, B e D), este é  
o que mais se diferencia. Das 19 famí-  
lias, apenas (26,3%) residem em casa pró-  
pria, correspondem aquela parcela de tra-  
balhadores que dispõem de terra porém,  
não tem condições de produzir, por limi-  
tações de várias ordens a que subsistem  
unicamente com a venda da sua força de  
trabalho; o maior percentual são daque-  
las que residem em casas cedidas (36,8%)

...

---

(1) As casas ocupadas, correspondem na amostra às casas de vila  
recentes que não chegaram a ser concluídas e antigos sítios  
que foram frequentemente atingidos pelas enchentes. Geral-  
mente são ocupados por famílias que vem da área sequeiro ou  
como parceiros, ora como assalariados.



e correspondem às famílias dos trabalhadores permanentes das propriedades maiores e das empresas, na maioria; (10,5%) residem em casas alugadas e correspondem às famílias dos trabalhadores temporários que se fixam temporariamente nas pontas de ruas, de acordo com as possibilidades de trabalho que são oferecidos tanto na agricultura como em qualquer outro tipo de atividade como estratégia de sobrevivência; os (26,3%) restantes residem em casas ocupadas.

TABELA III.15

CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Características	%
<u>TIPO:</u>	
Taipa	29,3
Alvenaria	70,7
<u>PISO:</u>	
Chão	25,8
Cimento	69,0
Cerâmica	5,2
<u>Nº DE CÔMODOS:</u>	
2 a 3	17,2
4	27,6
5 a 6	43,1
7 e +	12,1

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

Quanto às características das casas, a Tabela III.15 mostra que do total de famílias, há um predomínio de famílias que moram em casa de alvenaria,<sup>(1)</sup> com piso de cimento. Entre estas, estão incluídas as famílias que moram na cidade ou na proximidade, e de famílias que moram em recentes vilas rurais.

Quanto ao número de cômodos, o percentual maior aparece nas casas com 5 a 6 cômodos, não existindo nenhuma correspondência com o número de membros das famílias, que em geral são grandes.

TABELA III.16

ORIGEM DA ÁGUA E CONDIÇÕES SANITÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA.

<u>Origem da Água</u>	<u>%</u>
Encanada	38,0
Cisterna	1,7
Cacimba	1,7
Barreiro	0,0
Açude	6,9
Rio	5,7
Total	100,0
<u>Tratamento da água</u>	
Filtrada	32,8
Fervida	3,4
Coada	15,5
Nenhum	48,3
Total	100,0
Existência de fossa	31,0
<u>Existência de esgoto</u>	<u>0,0</u>

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983

(1) Foi observado que há casas com parte construída de taipa e partes mais recentes de alvenaria.

...

A origem da água varia muito de acordo com o acesso e em função disto, considerou-se oportuno verificar o tratamento doméstico dado à água para o consumo da família. Assim, das 57 famílias (51,7%) consomem água diretamente do rio; 38,0%) encanada; e 10,3%) de açude (de pequeno porte), de cacimba e cisterna. Destas, (48,3%) é consumida sem nenhum tratamento; (32,8%) filtrada; (15%) coada; e 3,4%) fervida. Sendo as casas da zona rural as que consomem água diretamente do rio, de cacimba, açude e cisterna, e sendo o filtro pouco introduzido nesta área, fica claro que a maior parte da água consumida não tem nenhum tratamento, o que expõe a população à toda sorte de contaminação.

A existência de fossa é reduzida e se aproxima ao percentual de consumo da água encanada, no entanto, a existência de esgoto é nula. Estes dados mostram a vulnerabilidade da população aos ciclos de contaminação a que estão expostas.

Conclui-se, quanto às características das casas, o suprimento e qualidade da água consumida pelas famílias e a disponibilidade de saneamento básico, que estas refletem um baixo padrão de moradia na zona rural.

Outra conclusão que se pode tirar, é a relação que tem as condições de moradia com elevados per

...

centuais de mortalidade, principalmente nas faixas de 0 a 4 anos de idade.

Concluindo a análise sobre o padrão de consumo das famílias, tanto em relação à alimentação como aos serviços, percebe-se que há uma certa homogeneidade entre os grupos de famílias dos tipos A e B, na medida em que estão inseridas na zona rural, seguidos pelo grupo de família do tipo D (assalariados).

Apenas em relação à educação, pode-se observar uma considerável transformação. Embora a educação média da família rural ainda se mantenha no nível baixo, ao se agregar os percentuais (analfabeto/baixo) dos pais, percebe-se uma queda vertiginosa do analfabetismo. Este fato também pode ser observado com menor proporção em relação ao acesso à escolaridade dos graus médio e alto.

Quanto à prestação de serviços, embora o nível de escolaridade da zona rural seja baixo, a área de educação mostrou-se como geradora de maiores esforços por parte do Estado. As maiores reivindicações seriam mais da ordem metodológica e didática, percebendo-se a escola como o principal veículo de transformação da sociedade. Embora necessite de mais recursos, principalmente para salários, ainda é o setor cujos progra-

...  
mas<sup>(1)</sup> dispõem de maior volume de recursos. A infra-estrutura física não está longe do grau da demanda.

As condições de saúde e nutrição da população rural refletem bem a forma como o Estado desenvolve as ações para a população de baixa renda. O volume de recursos financeiros e humanos está longe de suprir as necessidades, em qualquer região.

Tanto o quadro de saúde das famílias rurais, como as condições sanitárias que lhes são impostas, deixam bem evidentes que medidas severas deveriam ser tomadas em benefício da população, que neste estudo retratou um baixo nível de saúde, generalizado a todos os tipos.

As características da habitação rural, mostrou que não há grandes diferenças entre os grupos e embora as condições sejam precárias para todos, há uma certa acomodação a esse respeito. Apenas, a medida em que aumenta a capacidade de produção e ganho do produtor, há uma tendência em anexar à casa uma dependência para guardar os instrumentos agrícolas, armazenar a produção ou pe-

...

---

(1) Para analisar a oferta setorial de serviços, foi feita uma leitura dos programas mais recentes para a zona rural.

queno estábulo.

Quanto aos esforços gerados pela intervenção do Estado, no sentido de melhorar as condições de vida da família rural a partir de novos projetos da casa rural, vê-se que são mínimos e se perdem diante da magnitude dos problemas que causam as incipientes condições da habitação.

Pareceu pois, que o desenvolvimento gerado pelo capital na agricultura promove a melhoria do padrão de vida apenas dos médios e grandes produtores e demais agentes que se articulam com o processo produtivo, mas que não estão inseridos enquanto unidade familiar no espaço rural e não dependem da intervenção do Estado com regulador de desequilíbrio entre o avanço tecnológico e as carências vitais da população.

### 3. DIVISÃO DE TRABALHO

É através da divisão de trabalho que mais se percebe as mudanças com relação a incorporação da modernização entre os pequenos produtores.

Sendo a agricultura a principal atividade econômica, é nela que se distribui a maior parte da população em idade economicamente ativa, embora, sabe-se que na zona rural, começa-se a trabalhar antes de 10 anos de idade e só deixam de trabalhar quando não agüentam

TABELA III.17-A

PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIA E SEXO\* E PESSOAL OCUPADO RESIDENTE NOS ESTALECIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA, EM 1980.

Municípios	Mão-de-obra Fam.		Trab. Permanentes		Trab. Temporários		Parceiros		Outra Condição		Total	
	h	m	h	m	h	m	h	m	h	m	h	m
Cabrobó	2.881	2.160	242	38	483	168	9	-	-	-	3.615	2.366
Santa Maria da Boa Vista	3.550	2.395	730	361	877	277	487	68	25	50	5.665	3.148

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de Pernambuco - 1980.

\* Homens e mulheres com 14 anos e mais.

TABELA III.17-B

PERCENTUAL

Municípios	M.O. Familiar %		Trab. Perm. %		Trab. Temp. %		Parceiros %		Outra Condição %		Total %	
	h	m	h	m	h	m	h	m	h	m	h	m
Cabrobó	57,2	42,8	86,4	13,6	74,2	25,8	100,0	-	-	-	60,4	39,6
Santa Maria da Boa Vista	59,7	40,3	66,9	33,1	76,0	24,0	87,7	12,3	33,3	66,7	64,3	35,7

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de Pernambuco - 1980.

mais.<sup>(1)</sup>

O objeto central desta análise será a força de trabalho feminina, pois através da forma como esta se insere nas mais variadas atividades, percebe-se as modificações ou efeitos causados na estrutura da família pelo processo de modernização.

As Tabelas III.17-A e III.17-B, mostram como se distribui a força de trabalho por sexos, entre as várias categorias e que servirá para a análise a nível mais geral, e que antecede a divisão de trabalho, segundo a tipologia.

A coluna 6 mostra que nos dois municípios, embora Santa Maria da Boa Vista tenha apresentado um maior número total de pessoal ocupado nos estabelecimentos, a proporção de mão-de-obra feminina é mais ou menos semelhante nos dois municípios. Os estabelecimentos que utilizam mão-de-obra familiar, apresentam um equilíbrio entre os dois municípios quanto a força de trabalho do homem e da mulher e a proporção de mulheres se aproximam dos homens. Os estabelecimentos com trabalhadores permanentes utilizam mais a mão-de-obra do homem do que da mulher e em menor proporção no Município de Cabrobó. Aqueles que empregam a mão-de-obra temporária, também

...

---

(1) O FUNRURAL, além de ser uma lei recente, não é uma aposentadoria suficiente para permitir que o beneficiário se desligue da atividade. Em janeiro de 1983, a mensalidade do FUNRURAL era de R\$ 6.040,00.



...  
utilizam mais a do homem, contudo, a proporção de mulher é equivalente entre si.

As tabelas indicam que há um baixo emprego de parceiros<sup>(1)</sup> nos estabelecimentos de Cabrobó e apenas para homens; já em Santa Maria da Boa Vista os parceiros aparecem em número bastante significativo, porém com baixa participação das mulheres. Somente em Santa Maria da Boa Vista, apareceram estabelecimentos ocupados com outra condição (não especificada) e com maior percentual de mulheres.

De um modo geral, a divisão sexual do trabalho obedece à costumes que perpassam várias gerações, assim, onde quer que funcione uma unidade produtiva — baseada ou não na mão-de-obra familiar, é o homem quem detém o controle da produção e determina a divisão de trabalho.

O homem jamais entra na divisão do trabalho doméstico, estas são desenvolvidas a maior parte pela mulher, com ajuda das filhas. Mesmo que o homem tenha encerrado as atividades na roça e sobre o tempo, ou mesmo que em alguns períodos não tenha trabalho, não colaboram com tarefas que dizem respeito a dinâmica interna da casa. Até cortar a lenha e pegar água é tarefa rea

---

...  
(1) Esta informação revela uma distorção certamente ocorrida no momento da coleta. Esta afirmação se deve ao fato de que nesta pesquisa foi observado que a parceria é a condição que mais cresce (uma especificidade desta MR), em decorrência da irrigação. Também, na amostra, foram localizadas grandes quantidades de parceiros e no Município de Cabrobó, foi encontrada a condição de parceria tendo a mulher como responsável e não sendo um fato isolado.

...  
lizada pela mulher no começo do dia e fim da tarde, como extensão do trabalho doméstico, aumentando desta forma a sua jornada de trabalho.<sup>(1)</sup> Em geral, os trabalhos mais pesados, como o preparo do solo, são destinados aos homens, mas, onde há pouca mão-de-obra masculina, a mulher participa da mesma forma.

Não existe trabalho na agricultura que a mulher não participe, mesmo que esporadicamente. Contudo, há determinadas atividades que só as mulheres fazem, principalmente quando são assalariadas, como é o caso da trança da cebola que é totalmente feita por mulheres e crianças e o raleamento nos cachos de uva, nas fazendas, considerada uma tarefa de muito cuidado e fundamental para o desenvolvimento do fruto.

A agricultura irrigada possibilita ciclos produtivos contínuos, o que significa trabalho na roça todos os meses do ano. Portanto, as tarefas domésticas são realizadas nas horas que sobram da jornada de trabalho normal, ou seja, no começo da manhã, nos intervalos, quando moram perto da roça e no fim da tarde, caracterizando-se como extensão da jornada de trabalho. Na agricultura, a jornada de trabalho varia em função da etapa, podendo exceder 8 horas nos piques de trabalho (preparo do solo, plantio, colheita) e reduzir-se para 6 a

...

---

(1) Nas horas livres do dia, os homens se aglomeram nas pequenas vendas, tomam cachaça e jogam bilhar - jogo muito frequente na zona rural.

...  
5 horas nas etapas mais leves (limpa, adubação, aguadas, etc...).

A contribuição da mulher na renda familiar, por mais que trabalhe, nunca é igual quantitativamente a do homem, por atividade. As diárias da mulher em qualquer atividade ou onde quer que esteja inserida, é sempre inferior, mesmo desenvolvendo a mesma tarefa. No entanto, ao acumular mais de uma atividade em determinados períodos, chega a contribuir com uma renda maior que a do marido.

Na unidade familiar, a renda do seu trabalho está imbutida nos custos com sua reprodução, como membro da família.

Foi observado nos dois municípios, que o valor das diárias da mulher, no mesmo período<sup>(1)</sup> varia entre Cr\$ 200,00 a Cr\$ 350,00, quando a do homem varia de Cr\$ 350,00 a Cr\$ 500,00.

Estes valores são semelhantes aos que são pagos pela empresa, que também diferenciam sexualmente. É muito comum, principalmente no município de Cabrobó, o pagamento por produção, tanto para algumas etapas do cultivo do feijão, onde é feito por quadro, variando de Cr\$ 5,00 a 10,00 por quadro, como na trança de cebola, a Cr\$ 6,00 a trança. Essas duas tarefas são quase exclusivamente executadas com mulheres e crianças, que geralmente vão aju

...

---

(1) - Em janeiro de 1983.

dar as mães, caracterizando-se portanto, desta forma, uma "mais valia disfarçada".

Nas Empresas, entre os trabalhadores que vem de fora, muitos tem carteira assinada, porém, nunca ultrapassam 6 meses, mesmo que venham a ser recontratados. Já mais, porém, as mulheres tem contrato como assalariadas com carteira assinada, pois há o risco da gravidez, o que lhes confere, segundo a lei trabalhista uma série de privilégios em detrimento da empresa. Portanto, a grande maioria dos trabalhadores das empresas são diaristas, onde se encontra um grande número de mulheres.

Uma vez fazendo parte da família de produtores - sob qualquer condição -, a mulher incorpora-se aos trabalhos de campo, quer como mão-de-obra familiar, quer vendendo sua força de trabalho para outra unidade. Além disto, contribui para o aumento da força de trabalho, através da reprodução dos filhos. Conforme foi observado no capítulo anterior, com relação ao tamanho da família rural, vimos que, em geral é numerosa, o que possibilita um aumento no exercício de reserva, que começa a introduzir-se no mercado de trabalho antes de 10 anos de idade, como via de complementação da renda familiar.

O uso da pequena irrigação, de certa forma libera mais a força do trabalho, todavia, o envolvimento causado por esta aquisição não permite que os lucros auferidos venham a aumentar a renda familiar. O pagamento do crédito para financiamento e o uso maciço de insumos que está subordinado ao contrato feito pela "assistência

...  
técnica oficial", faz com que outros agentes se apropriem da maior parte do lucro do produtor.

A mão-de-obra, que em princípio fora liberada ou viu minimizada a sua jornada de trabalho, tem, no entanto, que complementar a renda familiar, ora reproduzindo o seu próprio segmento sob a forma de parceiros, em unidades produtivas pouco maiores, ou como diaristas, em determinadas etapas da produção em outras propriedades. Este processo é mais frequente no município de Cabrobó, onde mesmo com a presença e expansão da pequena irrigação, mantem-se relações de trabalho condizentes com a agricultura tradicional.

A forma mais avançada de complementar a renda familiar é a inserção sob a forma de assalariados temporários nas grandes empresas, com todas as características da presença do grande capital na agricultura, como é encontrado em Santa Maria da Boa Vista.

Para o desenvolvimento pleno da expansão capitalista na agricultura, duas relações de trabalho são fundamentais, um suporte, menor, de assalariados permanentes, que mantém a engrenagem linear da empresa em funcionamento durante todo o ano e, uma grande quantidade de assalariados temporários, subordinados aos piques das etapas da produção agrícola.

Estas duas formas de apropriação da força de trabalho modifica estruturalmente as unidades produtivas de pequeno porte. Primeiro, quando estas unidades vêm

a desaparecer, como consequência da apropriação do espaço pelas empresas, através da concentração fundiária sob várias formas. Estas famílias, na medida que não conseguem se reproduzir somente como assalariados, complementam sua renda com atividades às vezes, mais ligadas ao espaço urbano próximo, como: pequeno comércio ambulante nos dias de feira; carregadores de caminhão; construção civil em obras públicas - não muito frequente -; corte de madeira da área de sequeiro, tanto para construção como para transformar em carvão e emprego doméstico, no caso das mulheres. Segundo, quando as famílias detêm a posse da terra mas não conseguem produzir o necessário para sua reprodução, por todas as adversidades inerentes ao pequeno produtor, com base na agricultura tradicional e sem acesso ao capital. Neste caso, incorporam-se ao exército de reserva e vende temporariamente sua força de trabalho nas empresas. Desta forma, há em geral, um aumento do emprego da força de trabalho, na medida em que tenta manter a unidade familiar com uma produção mínima para a subsistência.

Melhor especificando as formas de complementar a renda familiar, além do trabalho como diaristas em outras na propriedade, foram observadas com maior frequência as seguintes frentes de trabalho:

1. SETOR INFORMAL

Com o comércio ambulante de pequeno porte e como carregador de caminhões (sendo remunerado por tarefa), ou ainda quando o habitat é agrupado, observa

...  
-se a instalação na própria casa, de pequenas bodegas para vender cachaça e alguns produtos a retalho.

## 2. CONSTRUÇÃO CIVIL

Observado com maior frequência através do fluxo para Petrolina, o maior centro próximo, onde o espaço urbano e periférico, expressa uma grande recente expansão e, é ainda, uma área de retenção de mão-de-obra.

## 3. O CORTE DE MADEIRA

Tanto para construção civil como para transformar em carvão, que vem sendo uma das mais frequentes fontes de complementação de renda nas áreas atingidas pela seca.

## 4. O CRIATÓRIO DOMÉSTICO

Principalmente na área de sequeiro, esta atividade é desenvolvida por mulheres e crianças nos arredores da casa. Este criatório - caprinos e aves -, tanto é voltado para a subsistência do proprietário ou morador como serve de defesa nos grandes períodos de estiagem.

Neste estudo, a utilização da força de trabalho da mulher foi o último indicador para perceber a transição que se verifica nas pequenas unidades produtivas em função dos efeitos da modernização. A lógica dessa escolha se deve ao fato de ser a mulher o centro da estrutu-

ra familiar, uma vez que, tanto integra a força de trabalho familiar na agricultura ou em atividades acessórias, como é a responsável pela condução interna da família, com os recursos que lhes são oferecidos como integrante da sociedade rural.

Na Tabela III.18, foram agrupadas segundo a tipologia, as informações quanto a participação da mulher nas atividades domésticas, na unidade produtiva familiar e fora da unidade produtiva familiar.

TABELA III.18

UTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA MULHER SEGUNDO OS TIPOS NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E SANTA MARIA DA BOA VISTA

Tipos	Emprego da Força de Trabalho Feminina		
	Doméstica %	Unidade Produtiva Familiar %	Trabalhos fora da U.P.F.(2) %
A 16	100,0	62,5	25,0
B 19	100,0	57,9	26,3
C 3	100,0	-	-
D 19	100,0	26,3	42,1

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

(1) No Município de Cabrobó, foram entrevistadas mulheres de 7 parceiros; 1 arrendatário; 6 proprietários; 7 trabalhadores temporários. No Município de Santa Maria da Boa Vista, foram entrevistadas mulheres de 13 parceiros; 12 proprietários; 7 trabalhadores permanentes (na Milano) e 4 trabalhadores temporários.

(2) Neste quadro, quando se refere ao trabalho fora da Unidade Produtiva, significa, trabalhar como assalariada ou diarista.



...

Tipo A- Todas as mulheres realizam tarefas domésticas (100%), destas porém (62,5%) incorporam-se à mão-de-obra familiar e apenas (25,0%), trabalham em outra Unidade Produtiva. Ressalta-se que (18,8%) desenvolvem as três atividades.

Tipo B- Todas as mulheres realizam tarefas domésticas, e destas (57,9%) incorporam-se à mão-de-obra familiar e quase (26,3%) trabalham em outra Unidade Produtiva.. Sendo que (21,1%) neste grupo, desenvolvem as três atividades.

Tipo C- Neste grupo as mulheres desenvolvem apenas atividades domésticas (100,0%).

Tipo D- Todas realizam tarefas domésticas (100,0%) e destas apenas (26,3%) trabalham em unidade produtiva familiar, enquanto que (42,1%) trabalham em outras Unidades Produtivas. Do total, (15,7%) desenvolvem as três atividades.

...

...  
Com relação aos tipos A e B, os percentuais se aproximam tanto na participação da mulher nos trabalhos da unidade familiar quanto em outras unidades. Apenas no tipo D, percebe-se um percentual bem inferior aos atuais quanto a participação em atividade na unidade produtiva familiar. Esta baixa participação se refere à poucas famílias que ainda tem terra, mas não o suficiente para tirar a subsistência da família. Tiveram portanto que se integrar aos assalariados, ficando a terra mais como um patrimônio quase que improdutivo; geralmente nesses casos a terra é utilizada para o criatório ultra-extensivo de pequeno porte, realizado pelas mulheres e crianças. Quanto ao trabalho em outras unidades produtivas, este é o tipo que tem a maior participação de mulheres, que corresponde às assalariadas temporárias. As mulheres do tipo C, tem sua jornada de trabalho apenas como doméstica, e a maioria destas conta com ajuda de serviçais.

Quanto à tarefas desempenhadas por atividade, foram referidas as seguintes:

- Na atividade doméstica, a mulher, cuida da casa, da cozinha, lava roupa, costura, corta lenha e apanha água. Geralmente são ajudadas pelas filhas, mais nunca pelo marido. A jornada de trabalho em geral é intercalada pelas outras atividades.
- Com relação a atividade na unidade produtiva familiar, a mulher desempenha qualquer tarefa, de acordo com a necessidade, desde o preparo do solo à colheita. Neste

...  
caso, a jornada de trabalho pode ser contínua; se a terra fica distante da casa (passa o dia na roça, levam comida feita ou fazem no intervalo). Quando moram na propriedade, a jornada é dividida em 2 turnos com um intervalo que pode ser mais ou menos extenso de acordo com o período de insolação. Como já foi referido anteriormente, a jornada de trabalho também varia em função da etapa do ciclo produtivo, variando de 9 a 5 horas por dia.

- Nas atividades em outras unidades produtivas, sob condição de assalariados ou diaristas, as tarefas são mais definidas, assim como a jornada de trabalho, de 8 horas para os trabalhadores temporários.

O trabalho nas grandes empresas possui especificidades em relação as demais propriedades que absorvem mão-de-obra assalariada. Um fato a ressaltar é que mesmo trabalhando na grande empresa, só são assalariadas as mulheres que desenvolvem atividades no ambulatório, na escola e no restaurante. As que trabalham na agricultura recebem como diaristas e, têm preferência aquelas que vem de fora<sup>(1)</sup>. Como foi referido anteriormente, há na fazenda uma vila onde mo-

...

---

(1) A empresa tem uma frota de ônibus e caminhões, que diariamente transportam os trabalhadores, estes, vem das vilas próximas e de outros municípios vizinhos que ficam aguardando na margem da estrada.

...  
ram as famílias dos trabalhadores permanentes, contudo, as mulheres só tem acesso ao trabalho nos piques de algumas etapas, como diaristas.

A jornada de trabalho na fazenda é de 8 horas para os trabalhadores de fora, os permanentes, em geral, em menor número, têm sempre fazer horas extras mesmo aos sábados.

As mulheres dos assalariados permanentes da empresa demonstram muita insatisfação por não ter acesso permanente ao trabalho, pois, o "descanso" que têm pelo fato de só exercerem atividades domésticas, não indica o bem estar econômico da família.

Apesar de morar na vila, e a empresa dispor de grande extensão de terra<sup>(1)</sup>, o assalariado permanente não pode utilizar qualquer parcela para roça de subsistência. Também, não dá para a família trabalhar em outra propriedade, porque não há condições para se deslocar - as distâncias são grandes-.

A família tem portanto que limitar-se à renda do marido, que em geral está quase toda comprometida. Como não tem feira próxima, têm que se limitar a adquirir gêneros alimentícios no mercadinho da empresa, onde há um controle do valor para consumo semanal por família, que é descontado no salário. Não há nas proximidades

...

---

(1) A Empresa Milano possui uma área de 2.217,06 ha, dos quais 420 ha são irrigados.

...  
dades outra opção para adquirir os gêneros de primeira necessidade.

A situação é ainda muito contraditória, pois, por um lado moram em habitações com melhores condições de conforto e higiene e tem acesso a alguns serviços oferecidos pela empresa - escola de 1º grau menor e ambulatório - por outro lado, existe uma situação de insegurança, uma vez que essas casas são da COHAB<sup>(1)</sup> e não há qualquer certeza sobre a forma de aquisição. Apenas, a empresa fez melhorias (sanitárias, água e luz), que são descontadas também no salário dos trabalhadores, embora estes não tenham<sup>(2)</sup> a promessa de compra das casas ou maiores esclarecimentos.

Outro fato a ressaltar, observado tanto a partir das respostas do questionário, como da observação direta nas residências durante as entrevistas, é o baixo ou quase nenhum consumo de bens para o lar, que ofereça um melhor conforto às famílias.

As mulheres que trabalham em outras atividades, são minoria nos dois municípios. Quando tem

...

---

(1) Esta vila está incluída no Programa Especial de Vilas Rurais da COHAB, para as áreas de enchente do Rio São Francisco. O Projeto prevê a construção de 80 a 100 casas por vila, para assentar as famílias atingidas pelas enchentes.

(2) A data de referência é janeiro de 1983.

...  
máquina, costuram para fora, ou ainda, revendem objetos adquiridos nas feiras ou cidades próximas.

Quanto às mulheres que acumulam as 3 atividades, certamente são as mais exploradas enquanto força de trabalho, pois é exatamente nos períodos em que de acordo com o ciclo produtivo, diminuem as jornadas de trabalho, que elas desenvolvem outra atividade, acumulando horas, que acarretam um sobretabalho.

Quanto as opções de trabalhar como assalariadas ou diaristas temporárias em outras unidades produtivas, são bem maiores que nas empresas e mais flexíveis, principalmente no que se refere ao emprego das mulheres dos trabalhadores permanentes, ainda é muito comum os filhos menores acompanharem a mãe para ajudar, sem remuneração. Fica claro que o tipo D (de assalariados), que apareceu na tipologia concentrado enquanto categoria, é aquele que concretamente possui o maior número de contradições e especificidades, principalmente com relação a divisão de trabalho e as formas de emprego de força de trabalho feminina.

Para concluir esta análise, tentou-se perceber os custos e benefícios acarretados pela forma como a mulher vem empregando sua força de trabalho, de acordo com esta transição que vem passando a estrutura familiar do pequeno produtor diante do processo de modernização. É possível observar a pequena produção ora se extinguindo, ora se recriando em sua forma tradicional ou

...

em estágios complexos de tradição e modernização; ora totalmente adaptadas aos vários circuitos dessa modernização. Para tanto, foi solicitado das mulheres dos tipos A, B e D, a sua opinião sob a utilização de sua força de trabalho.

TABELA III.19

OPINIÃO DA MULHER SOBRE A UTILIZAÇÃO DA SUA FORÇA DE TRABALHO NOS MUNICÍPIOS DE CABROBÓ E STA. MARIA DA B. VISTA

Opinião	Cabrobó %	Santa Maria Boa Vista %
1. Mulheres que se sentem sobrecarregadas	75,0	62,0
2. Mulheres que acham que o excesso de trabalho prejudica a organização do lar.	71,0	62,0
3. Mulheres que gostariam de deixar de trabalhar	76,0	54,0

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 1983.

Os dados da Tabela III.19, revelam para os dois municípios, que o trabalho da mulher na agricultura, seja trabalhando como mão-de-obra familiar, como diarista, ou assalariadas, acarreta uma sobrecarga que vai se refletir fundamentalmente na estrutura interna da família. Além de desempenhar tarefas pesadas, vê prolongada a sua jornada de trabalho mais do que qualquer outro membro da família. Vem corroborar com esta afirmação os

...  
percentuais que indicam quantas delas gostariam de deixar de trabalhar, tanto por se verem esgotadas fisicamente, como pela necessidade de organização interna do lar e dos filhos.

Como benefício, mesmo materializando-se em sobretabalho, a renda da mulher raramente chega a se igualar a do homem. Porém, há um componente muito importante para estas mulheres, que é poder contribuir para o aumento da renda da família e a perspectiva de com esta participação vir a melhorar a baixa condição de vida da família.

A indicação de percentuais menores para Santa Maria da Boa Vista, está relacionada com o número das mulheres dos assalariados permanentes da empresa, que moram na vila. Como já foi referido anteriormente, estas tem dificuldade de se inserir neste mercado de trabalho, o que representaria a única opção.

A análise feita através do grau de inserção da força de trabalho feminina na agricultura, revela que há uma tendência para a pequena produção (mesmo irrigada) de se manter dentro do mesmo padrão de desenvolvimento enquanto unidade produtiva, fato que vai se materializar no mesmo padrão sócio-econômico das famílias a ela agregada. Quanto a perspectiva das famílias que estão inseridas no sistema produtivo, com pleno desenvolvimento do capital, foi vista pela mesma via de análise, que há uma semelhança no que se refere ao padrão de vida das famílias. Ao mesmo tempo em que inte-

...



...  
ressa a empresa manter como assalariados permanentes um grupo de trabalhadores que é o suporte para determinadas funções, sem interrupção, é fechado para a família uma frente de trabalho, o que de certa forma subordina estes trabalhadores com supostos benefícios sociais extensivos às famílias. Observou-se que há dentro do processo do capitalismo na agricultura a reprodução do mesmo "status" econômico-social, localizado nas unidades tradicionais.

Ao serem abordadas sobre os problemas da família, as mulheres apontaram com maior frequência, a pobreza da família, relacionada com a dificuldade que tem para produzir (falta de terra, falta de crédito para financiar equipamento da irrigação e o preço do trabalho).

## CONCLUSÕES

A hipótese formulada foi, que os efeitos do processo de modernização na agricultura, ao ser incorporado pelos pequenos produtores, levaria a transformações na dinâmica da unidade produtiva e em decorrência, as famílias atingidas por este processo, tenderiam a um melhor padrão sócio-econômico. Este nível de transformação se daria de um lado, através do lucro obtido com uma suposta maior produtividade e de outro, através das intervenções do Estado. Este, não se limitaria só como agente impulsionador do capital mas, em promover a adequação dos serviços sociais voltados para a população rural, de forma condizente com o processo de modernização na agricultura que vem sendo empreendido no Sertão do São Francisco.

Para efeito de análise, foram escolhidos como

...  
parâmetros para testar a hipótese dois indicadores: o Padrão de Consumo Alimentar e de Serviços e a Divisão do Trabalho. O que levou a esta escolha foi a percepção de que o alvo dos efeitos dessa modernização é a estrutura da família do pequeno produtor.

A análise dos dados, bem como a observação espacial da área em estudo, permitiu que se chegasse a compreensão das formas como o capital na agricultura vem se instalando nesta microrregião. Julgou-se pois, que tais considerações são importantes para introduzir às conclusões que se chegou com base nos indicadores.

Observou-se que a modernização se verifica em graus diferenciados e que se reproduzem neste espaço numa conjunção de grande capital e pequenas unidades em capitalização.

Ao nível do Grande Capital a reprodução se verifica entre as Empresas e os Grandes Proprietários.

As Empresas, recentes nesta microrregião, apresenta formas localizadas em grandes extensões, sob controle de grupos econômicos oriundos de outras regiões. É sem dúvida o tipo de Unidade Produtiva onde se encontra o maior grau de modernização. Também, pode se dizer que o seu surgimento gerou grandes transformações, desde a estrutura fundiária — no momento em que a sua instalação supõe uma grande concentração de terras — até as relações de trabalho. Embora a sua lógica enquanto Empresa Capitalista tenha como suporte o trabalhador assalariado Permanente e Temporário, ela estende os seus efeitos com relação ao uso e controle da força de trabalho, que se reflete nas pequenas Unidades Produtivas.

...

...

Os Grandes Proprietários, ao contrário das Empresas, são formados por famílias com tradição enquanto latifundiários, que se perpetuam através das gerações e que formam o poder político local. Embora se reproduzam dentro de uma ótica capitalista, mantendo sob o seu controle relações de trabalho es salariado, utiliza com maior ênfase a forma de parceria, categoria esta que lhes permite auferir os maiores lucros.

Estas duas maneiras da reprodução do capital, tem a mesma direção espacial, ou seja, a vertical. Se estabelecem fisicamente e se fortificam com estímulos que o Estado oferece aos incorporadores da grande modernização, através de incentivos, subsídios, linhas de crédito, etc... e as alianças com o poder político local.

O outro tipo de reprodução do capital se verifica na horizontal, ao nível da transformação das pequenas unidades produtivas tradicionais, tanto pela incorporação da tecnologia, como pela crescente reprodução do sistema de parceria em pequenos estratos e do trabalho assalariado. Estas duas formas se assemelham virtualmente enquanto grau de subordinação e exploração, de forma a atender a demanda do Grande Capital, seja pelos Grandes Proprietários, seja pelas Empresas e Agroindústrias que se instalam neste espaço.

O pequeno produtor também é estimulado pelo Estado, através de linhas de crédito e programas especiais, que facilitam em termos a incorporação do processo de modernização agrícola. Porém, não o suficiente para deixar o produtor independente da engrenagem gerada por outros setores da economia, que

...

...  
subsistem a partir deste processo, como as indústrias de equipamentos e de produtos químicos, além do setor financeiro. Portanto, mesmo que tenha a propriedade jurídica da terra e a possibilidade de incorporar a tecnologia que o introduz num circuito de capitalização, faltam outros mecanismos indispensáveis ao desempenho pleno da sua atividade, e que certamente esbarra na falta de independência econômica como também no comprometimento integral do Estado, com este estrato de produtor.

Para manter a propriedade da terra o pequeno produtor tem que buscar a reprodução da sua força de trabalho e de família através do trabalho <sup>fundamental</sup> ~~adicional~~ dentro da própria atividade agrícola — ora como parceiro, ora como assalariado. O que fica claro, é que nem a propriedade jurídica de terra, nem o emprego de modernização são suficientes para tornar o pequeno produtor independente. Ele é impulsionado a gerar mais valia dentro e fora da unidade produtiva familiar, que é apropriada por outras instâncias do capital, dentro do mesmo circuito de atividade.

Daí, explica-se portanto, a reprodução da pequena produção nesta área, através de um fluxo e refluxo entre as categorias existentes, numa complexidade de relações de trabalho que atinge integralmente a família dos pequenos produtores, como será visto a seguir.

Com relação ao padrão de consumo, foi observado um empobrecimento quanto à alimentação da família, mesmo tendo aumentado a área cultivada e se diversificado a produção. Esta constatação é resultante, no caso dos proprietários, dos compro-

...

...  
missos com as dívidas geradas pela aquisição de tecnologia (irrigações + insumos); no caso dos parceiros - a maioria -, pela forma de exploração imposta a essa categoria pelo titular da terra, que se apropria de quase todo o lucro de produção; e os assalariados, pela instabilidade de ocupação de sua força de trabalho, que atende à demanda das etapas produtivas pelo empregador, além da flutuação dos salários ou diárias.

Este empobrecimento é refletido também na forma de apropriação dos serviços sociais pela família rural. Aliado ao aspecto nutricional da família, estão os reflexos das condições de saúde e habitação igualmente precários. Apenas foi observado um salto qualitativo em relação à educação entre os pais e filhos, o que permitiu ver que foi decorrente do esforço do Estado neste setor, mas não em resposta a demanda local. Contudo, ainda deixa muito a desejar, diante do potencial físico instalado e da demanda da população em idade escolar na zona rural.

Quanto a divisão de trabalho, verificou-se que as frequentes alterações nas relações de trabalho, se refletem de forma mais contundente na divisão sexual de trabalho, onde a mulher, ora se vê sub-ocupada e sem alternativa - quadro verificado com mais frequência nas famílias dos trabalhadores assalariados permanentes -, ora pelas condições que lhes são impostas, se vê à frente de múltiplas atividades em espaços diferenciados. Resulta então, um sobretabalho com conseqüentes reflexos que vão do desgaste físico à desorganização da casa e da família, que não conta com suficiente apoio de serviços sociais voltados para

...

a família rural.

Portanto, esta multiplicidade de categorias, a forma como as famílias estão inseridas no espaço e no processo de trabalho e a sua integração enquanto componentes da sociedade rural, permitiu que se chegasse a conclusão que a hipótese formulada não se confirma.

Esta situação é gerada pelas especificidades que o Grande Capital tem para se reproduzir. São, o espaço e as condições pré-existentes, quem orientam o capital, embora este seja o condutor do processo. Se em determinado momento se faz necessário para o seu desenvolvimento a extinção de todo e qualquer tipo de produtor similar e a sua transformação em proletários, não há medida de não o fazer.

Porém, quando a presença destes pequenos produtores vem a favorecer o seu desenvolvimento, o Capital chega a criar espaços e condições para a reprodução destes. No entanto, esta reprodução deve ser condizente com um determinado grau de dependência, para que haja sempre disponibilidade de um exército de reserva quando se fizer necessário. Esta coexistência de Grande Capital e pequenos graus de capitalização é a lógica que se desenvolve atualmente no Sertão do São Francisco e que se expressa na configuração sócio-econômica da família rural.

É preciso porém, estar atento para o fato de que historicamente, o processo de modernização é muito recente nesta área. Pode vir ainda a apresentar num momento próximo uma nova configuração, com o estabelecimento de um novo padrão sócio-econômico, que se expresse numa nova sociedade rural.

...

...

O que ficou evidente neste momento, foi a desca  
racterização acelerada da pequena produção tradicional e da fa-  
mília a ela agregada, que ao mesmo tempo se extingue em determi-  
nados espaços, se recria e se expande em outros. É portanto, um  
processo tão dinâmico e complexo que torna-se imprudente tecer  
conclusões definitivas enquanto tendência deste seguimento.



A N E X O

QUESTIONÁRIO APLICADO À FAMÍLIA DO PRODUTOR<sup>(1)</sup>

NOME DO ENTREVISTADO<sup>(2)</sup>: \_\_\_\_\_

CONDIÇÃO: \_\_\_\_\_

ESTABELECIMENTO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

ÁREA TOTAL (HA): \_\_\_\_\_

LÓCALIDADE: \_\_\_\_\_

NOME DO PRODUTOR: \_\_\_\_\_

PRODUTOS CULTIVADOS: \_\_\_\_\_

NOME DO ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_

(1) Algumas informações complementares foram extraídas do questionário aplicado ao produtor, com questões referentes à Unidade Produtiva.

(2) Este questionário foi aplicado à mulher do produtor.

A. EDUCAÇÃO : ESTRUTURA FAMILIAR A NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A.1. INFORMAÇÕES GERAIS

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	GRAU DE INSTRUÇÃO	ORIGEM	TEMPO DE RESIDÊNCIA
PAI						
MÃE						
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
0						
0						
0						
0						

GRAU DE INSTRUÇÃO:

- (1) Assina o nome
- (2) Lê e escreve
- (3) 1º Grau Menor incompleto
- (4) 1º Grau Menor completo
- (5) 1º Grau Maior incompleto
- (6) 1º Grau Maior completo
- (7) 2º Grau incompleto
- (8) 2º Grau completo
- (9) Mobral
- (10) 0. \_\_\_\_\_

ORIGEM:

- (1) Local
- (2) Outro Município (qual)
- (3) Outro Estado (qual)

A.2. FREQUÊNCIA DE ACORDO COM A REDE ESCOLAR:

REDE ESCOLAR	CURSO	Nº DE PESSOAS P/ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	QUALIDADE
Municipal				
Estadual				
Particular				
Mobral				
Centro Social				
0. _____				

CURSO:

- (1) 1º Grau Menor
- (2) 1º Grau Maior
- (3) 2º Grau
- (4) 0. \_\_\_\_\_

LOCALIZAÇÃO:

- (1) Comunidade
- (2) Distrito
- (3) Sede Munic.
- (4) Outro Munic.

QUALIDADE:

- (1) Boa
- (2) Ruim

A.3. PARA QUEM TEM FILHO NA ESCOLA

- Os seus filhos:
- (1) Nunca Faltam a escola
  - (2) Faltam de vez em quando
  - (3) Faltam frequentemente

Motivos das faltas:

- (1) Doença
- (2) Ajuda em casa
- (3) Precisam trabalhar
- (4) Distância da escola
- (5) Não gosta da professora
- (6) Não gosta da escola
- (7) Falta de merenda
- (8) Dificuldade de aprender
- (9) 0. \_\_\_\_\_
- (10) 0. \_\_\_\_\_

A.4. OS QUE DEIXARAM DE FREQUENTAR DEFINITIVAMENTE OS MOTIVOS FORAM:

- (1) Não precisa mais estudar (6) Não há escola perto  
 (2) Não há série posterior (7) Falta de interesse  
 (3) Não há vagas (8) Falta de adaptação  
 (4) Parou para ir trabalhar (9) O. \_\_\_\_\_  
 (5) Doença (10) O. \_\_\_\_\_

Distância à escola  $\pm$   Km

Meio de deslocamento até a escola:

- (1) A pé (3) Transporte motor  
 (2) Animal (4) O. \_\_\_\_\_

A.5. TIPO DE ASSISTÊNCIA ATRAVÉS DA ESCOLA:

SERVIÇO	GRAU DE SATISFAÇÃO	
	SUFIC.	INSUFIC.
Material escolar	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Merenda	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Farda	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Na escola seu filho recebe noções sobre:

- (1) Prática Agrícola  (7) Saúde   
 (2) Pecuária  (8) Higiene   
 (3) Comercialização  (9) Nutrição   
 (4) Cooperativismo  (10) O. \_\_\_\_\_   
 (5) Conservação do Solo  (11) Não sabe   
 (6) Irrigação/Tratamento d'Água

Os pais já participaram de reunião na escola? (1) Sim   
 (2) Não

Achou importante a participação? (1) Sim   
 (2) Não

Por Quê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

B. EDUCAÇÃO INFORMAL

B.1. CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS

ÓRGÃO PROMOTOR	PARTICIPANTE	LOCAL	PERÍODO DURAÇÃO	CURSO	COMP. ALIMENTAR	OUTRO	OUTRO
EMATER							
SENAI							
SENAC							
SINDICATO							
COOPERATIVA							
SEC. EDUCAÇÃO							
MOBRAL							
LBA							
BEMFAM							
CENTRO SOCIAL							
IGREJA							
PARTICULAR							
OUTRO							

- Curso: (1) Agricultura  
 (2) Pecuária  
 (3) Indústria  
 (4) Comércio  
 (5) Saúde  
 (6) Artesanato  
 (7) O. \_\_\_\_\_

- Local: (1) Comunidade  
 (2) Distrito  
 (3) Sede do Município  
 (4) Outro Município

B.2. NO CASO DE CURSO, SERVIU PARA

- (1) Arranjar emprego
- (2) Melhorar o seu trabalho
- (3) Trabalhar por conta própria
- (4) Complementar a renda da família
- (5) Conhecer mais
- (6) Não serviu para nada
- (7) O. \_\_\_\_\_

B.3. A INFORMAÇÃO DESTES SERVIÇOS FOI ATRAVÉS DE:

- (1) Rádio
- (2) Jornal
- (3) Vizinho
- (4) Padre
- (5) Políticos
- (6) TV
- (7) Autofalante
- (8) O. \_\_\_\_\_

O Sr. acha que estes serviços ajudam a resolver ou melhorar os problemas da comunidade? (1) Sim  
 (2) Não

Por Quê? \_\_\_\_\_

C. SAÚDE

C.1. NATALIDADE X MORTALIDADE

Número de filhos (total)..... \_\_\_\_\_  
 Idade quando teve o 1º filho..... \_\_\_\_\_  
 Idade quando teve o último filho..... \_\_\_\_\_  
 Número de abortos..... \_\_\_\_\_  
 Número de natimortos..... \_\_\_\_\_  
 Número de filhos vivos..... \_\_\_\_\_

C.2. PROBLEMAS OCORRIDOS DURANTE A GESTAÇÃO: (1) Sim  
 (2) Não

Tipo: (1) Hemorragia (4) Eclampsia  
 (2) Infecção (5) O. \_\_\_\_\_     
 (3) Aborto





## C.4. DOENÇAS DURANTE A INFÂNCIA:

TIPO	FREQUÊNCIA	TIPO DE MEDICAÇÃO	
		CASEIRA	MÉDICA
Paralisia			
Sarampo			
Coqueluche			
Caxumba			
Bexiga			
Tifo			
Doença de Olhos			
Desidratação			
Meningite			
Tétano			
Anemia			
Frieira			

## C.5. DOENÇAS ENTRE OS ADULTOS:

TIPO	FREQUÊNCIA	ASSISTÊNCIA	
		CASEIRA	MÉDICA
Pulmonar			
Cardíaco			
Tétano			
Acidente Trabalho			
O.			
O.			

## C.6. ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA

Qual a 1ª pessoa ou serviço que é procurado em caso de doença?

- (1) Caseiro                      (4) Médico Particular  
 (2) Farmacêutico              (5) Hospital   
 (3) Posto Médico              (6) O. \_\_\_\_\_

- Local: (1) Comunidade              (3) Sede do Município   
 (2) Distrito                      (4) Outro Município

C.7. QUAIS OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA QUE A FAMÍLIA TEM DIREITO:

- Previdência
- FUNRURAL
- Clínica/Convênio
- O. \_\_\_\_\_
- Nenhum

C.8. A FAMÍLIA JÁ RECEBEU TRATAMENTO ODONTOLÓGICO:

MEMBRO DA FAMÍLIA	IDADE	PREVENÇÃO	OBTURAÇÃO	EXTRAÇÃO	OUTRO
Pai					
Mãe					
Fil.					
Fil.					
Fil.					
Fil.					
Fil.					
O.					
O.					

Onde foi atendido?

Posto	
Particular	
Unidade Móvel	

- Local: (1) Comunidade  
 (2) Distrito   
 (3) Sede do Município  
 (4) Outro Município

C.9. APOSENTADORIA:

Alguma pessoa da família recebe aposentadoria? (1) Sim  
 (2) Não

Qual a fonte? \_\_\_\_\_

Qual o valor da aposentadoria no momento?  
Cr\$ \_\_\_\_\_ por mês.

D. ALIMENTAÇÃO

D.1. QUAIS OS ALIMENTOS CONSUMIDOS PELA FAMÍLIA:

CAFÉ	ALMOÇO	JANTAR	CONSUMO DO QUINTAL	
			FRUTAS	VERDURAS

D.2. GRAU DE SATISFAÇÃO ALIMENTAR: (1) Sim (2) Não

Está satisfeito com a sua alimentação?

Acha que deveria aumentar a quantidade?

Acha que deveria melhorar a qualidade?

D.3. OS ALIMENTOS QUE O SR. NÃO PRODUZ:

Onde são comprados?

Local:

Condições:

(1) Feira

(1) Comunidade

(1) À Vista

(2) Barracão

(2) Distrito

(2) Na Caderneta

(3) Mercado Público

(3) Sede Município

(3) Por Semana

(4) Cobal

(4) Outro Município

(4) Por Quinzena

(5) Mensal

D.4. QUANTOS FILHOS AMAMENTOU? \_\_\_\_\_

Com que idade deixam de mamar? \_\_\_\_\_

Causa do desmame: (1) Falta de leite

(2) O leite fazia mal

(3) O leite era insuficiente

(4) Trabalho fora de casa

(5) O. \_\_\_\_\_

D.5. QUAIS OS ALIMENTOS MAIS CONSUMIDOS ATÉ 1 ANO?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

E. HABITAÇÃO E SANEAMENTO

E.1. CONDIÇÕES DE POSSE:

(1) Própria comprada

(2) Própria por herança

(3) Alugada

(4) Cedida

(5) Construída

(6) O. \_\_\_\_\_

## E.2. CARACTERÍSTICAS DA CASA:

TIPO	COBERTA	PISO	CÔMODOS	TAMANHO	ILUMINAÇÃO
(1) Taipa (2) Alvenaria (3) Madeira	(1) Telha (2) Palha (3) Zinco	(1) Tijolo (2) Cimento (3) Chão ba tido	Nº  Total	  ± mts <sup>2</sup>	(1) Luz Elé- trica (2) Lâmpião Gas (3) Lâmpião Querosene

E.3. ORIGEM DA ÁGUA: 

- (1) Encanada (5) Rio  
(2) Chafariz (6) Açude  
(3) Cisterna (7) Barreiro  
(4) Cacimba (8) Olho d'Água

TRATAMENTO D'ÁGUA: 

- (1) Filtrada  
(2) Fervida  
(3) Coada  
(4) Depositada em Jarra

Qualidade da água: 

- (1) Boa  
(2) Ruim

Distância: \_\_\_\_\_ ± Km

A Casa possui fossa? (1) Sim   
(2) Não

E.4. NOS ÚLTIMOS 2 ANOS AUMENTOU O TAMANHO DA CASA? (1) Sim   
(2) Não

E.5. ESTÁ SATISFEITO COM A QUALIDADE DA CASA? (1) Sim   
(2) Não

F. BENS DE CONSUMO

F.1. A FAMÍLIA POSSUI UTILIDADES DOMÉSTICAS:

- (1) Fogão a Gás   
(2) Fogão a Lenha

- (3) Fogão a Carvão
- (4) Geladeira
- (5) Rádio
- (6) Televisão
- (7) Ventilador
- (8) Liquidificador
- (9) Radiola
- (10) O. \_\_\_\_\_

F.2. A FAMÍLIA POSSUI MEIO DE TRANSPORTE:

- (1) Bicicleta
- (2) Jeep
- (3) Automóvel
- (4) Caminhão
- (5) Animal
- (6) O. \_\_\_\_\_

F.3. O QUE MAIS GOSTARIA DE TER:

---



---



---



---

G. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR

G.1. COMO A SRA. USA O SEU TEMPO?

G.1.1. TAREFAS DOMÉSTICAS: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

G.1.2. GASTA QUANTO TEMPO NESTAS TAREFAS? \_\_\_\_\_

Alguém lhe ajuda nestas tarefas?  (1) Sim  
(2) Não

Quem? \_\_\_\_\_

G.1.3. TRABALHO NA UNIDADE PRODUTIVA:

Atividade: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Em que período do ano? \_\_\_\_\_

Trabalha durante quantas horas? + \_\_\_\_\_

G.1.4. TRABALHO FORA DA UNIDADE PRODUTIVA:

Atividade: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Em que período do ano? \_\_\_\_\_

Quantas horas por semana? \_\_\_\_\_

Tem carteira assinada? \_\_\_\_\_

A forma de pagamento é: (1) Por diária

(2) Por mês

(3) Por tarefa

Se é por diária, qual o valor? Cr\$ \_\_\_\_\_

Se é por mês, quanto recebe? Cr\$ \_\_\_\_\_

Se é por tarefa, qual o valor? Cr\$ \_\_\_\_\_

G.2. A SENHORA TEM OPORTUNIDADE DE GANHAR IGUAL AO SEU MARIDO?

(1) Sim

(2) Não

G.3. A SENHORA SE SENTE SOBRECARRREGADA? (1) Sim

(2) Não

G.4. A SENHORA ACHA QUE ESSE TRABALHO PREJUDICA A ORGANIZAÇÃO DA SUA CASA? (1) Sim

(2) Não

G.5. A SENHORA GOSTARIA DE DEIXAR DE TRABALHAR FORA?

(1) Sim

(2) Não

G.6. A SENHORA RECEBE ALGUM TIPO DE APOIO SOCIAL PARA QUE POSSA TRABALHAR MAIS TRANQUILA, ATRAVÉS DE:

(1) LBA/Creche

(2) Centro Social

(3) O. \_\_\_\_\_

G.7. QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA TRABALHAM NA AGRICULTURA? \_\_\_\_\_

G.8. NO CASO DE MENOR: (1) Sim (2) Não

Deixa de frequentar a escola para trabalhar?

O trabalho prejudica sua aprendizagem na escola?

Ele gosta de trabalhar?

Ele se sente cansado?

G.8.1. COSTUMA TRABALHAR EM QUE ATIVIDADE? \_\_\_\_\_

G.8.2. QUANDO TRABALHA EM OUTRA UNIDADE PRODUTIVA:

Ele utiliza o seu salário:

(1) Para si

(2) Parte para si

(3) Todo para a família

H. TIPOS DE DIVERSÃO DA COMUNIDADE:

Algum membro de sua família frequenta?

DIVERSÃO	LOCAL
Cinema	
Jogo	
Circo	
Vaquejada	
Dança	
0.	
0.	

Local:

(1) Comunidade

(2) Distrito

(3) Sede Município

(4) Outro Município

I. PARA TERMINAR, A SENHORA PODERIA DIZER:

I.1. QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA SUA FAMÍLIA:

---



---



---



---



---



I.2. QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DESSA COMUNIDADE:

---

---

---

I.3. COMO PODERIA MELHORAR A SITUAÇÃO DA FAMÍLIA RURAL:

---

---

---

B I B L I O G R A F I A

AMIN, Samir. O Capitalismo e a Renda Fundiária, in A Questão Agrária e o Capitalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 4ª Edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

— . Tradição e Mudança: Organização do Espaço Rural e Urbano na Área de Irrigação do Submédio S.Fco. RJ, Zahar, 1983.

CABRAL, Pedro Eugênio. O Trabalhador da Cana de Açúcar: da Senzala ao Caminhão. Dissertação de Mestrado, Recife, CME/PIMES, 1983.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Capitalismo e Pequena Produção na Agricultura do Nordeste. Dissertação de Mestrado, São Paulo, UNICAMP, 1978.

— . Estrutura Agrária e Produção de Alimentos no Nordeste. Recife, PIMES, 1979.

COHAB. Relatório Bi-Anual de Atividades. Diretoria de Programas Especiais, Secretaria de Habitação, Recife, 1981.

DEMO, Pedro. Educação, Cultura e Política Social. Rio Grande do Sul, FEPUAN, 1980.

— . Pobreza Sócio-Econômica e Política. Santa Catarina, Im-

prensa Universitária, 1980.

DEMO, Pedro. Política Social nas Décadas de 60-70. Fortaleza, UFC, 1981.

EMATER. Relatório Anual. Cabrobó, 1980.

— . Relatório Anual. Cabrobó, 1981.

— . Relatório Anual. Cabrobó, 1982.

— . Relatório Anual. Santa Maria da Boa Vista, 1980.

— . Relatório Anual. Santa Maria da Boa Vista, 1981.

— . Relatório Anual. Santa Maria da Boa Vista, 1982.

FALEIROS, Vicente Paula. A Política Social do Estado Capitalista. São Paulo, Cortez, 1980.

FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1982.

— . Censos Agropecuários de Pernambuco, 1975, 1980.

FIDEPE. Anuário Estatístico de Pernambuco, 1981.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. Sertão e Bairro Rural: Parentesco e

Família entre Sitiantes Tradicionais. São Paulo, Ática, 1979.

FURCHE, Carlos. A Pequena Produção Camponesa: Aspectos Centrais de Discussão e Análise. Doc. A-16, Recife, OEA, 1983.

JATOBÁ, Jorge. Emprego no Nordeste: Modernização e Heterogeneidade. Recife, Massangana, 1983.

JUNIOR, Caio Prado. A Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3ª Ed., São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

KOWARICK, Lucio. Estratégia do Planejamento Social no Brasil. Memeo, 1970.

LINHARES, Maria Yeda. História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

MARX, Karl. O Capital. 4ª Ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 1, Vol. 1 e 2.

—, ENGELS, LENIN. Sobre a Mulher. São Paulo, Global, 3ª

Ed., 1981.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. I PND - 1972-74; II PND -  
- 1975-79 e III PND - 1980-85.

PROJETO NORDESTE. Assistência Técnica. GT2, Subgrupo 2, Salvador, 1983.

PROJETOS PARA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO. EDURURAL; PRONASEC. Secretaria de Educação de Pernambuco, Recife, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científico, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis, Vozes, 1979.

— . Do Artesanal ao Industrial: A Exploração da Mulher. São Paulo, HUCITEC, 1981.

SALES, Teresa. Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura Nordestina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SANDRONI, Paulo. Questão Agrária e Campesinato. São Paulo, Polis, 1980.

SANTOS, José Vicente Taóares dos. Colonos do Vinho. São Pau-

- lo, 29 Ed., HUCITEC, 1984.
- SINGER, Paul (e outros). Capital e Trabalho no Campo. São Paulo, HUCITEC, 1979.
- SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- , e outros. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 2ª Ed., São Paulo, Ed. HUCITEC, 1980.
- . Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo, 1981.
- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- . e outros. Camponeses e Agroindústria. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes Rurais na Sociedade Agrícola. São Paulo, Jotola, 1979.
- STOLOKE, Verena. Mulheres e Trabalho, in Trabalho e Dominação, Est. CEBRAP (26).

-145-

SUDENE. Proposições de Política Social para o Nordeste. Recife, SUDENE, 1983.

SZMRECSÁNYI, Tomás. Vida Rural e Mudança Social. São Paulo, Nacional, 2ª Ed., 1976.

VELHO, Otavio Guilherme. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme (O Caso da Agricultura no Capitalismo), in A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. Campinas, mimeo, UNICAMP, 1979.

WOLF, Eric R. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar, 2ª Ed., 1976.